



**IDEFLOR-Bio**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

**Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

Diretoria de Gestão da Biodiversidade

Núcleo de Geotecnologias

---

# **REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE RIOS SÃO BENEDITO E AZUL**

## **PARTE II**

# **RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA**

**Belém-Pará**

**- 2021 -**



**IDEFLOR-Bio**  
Instituto de Desenvolvimento Florestal e de Biodiversidade

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE**  
**DIRETORIA DA GESTÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**NÚCLEO DE GEOTECNOLOGIAS**

**RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA PARA CRIAÇÃO DO  
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE RIOS SÃO BENEDITO E  
AZUL NA GLEBA SÃO BENEDITO, MUNICÍPIOS DE  
JACAREACANGA E NOVO PROGRESSO / PARÁ**



**Gleba São Benedito**  
**Jacarecanga – Pará**  
**– 2021 –**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE**  
**Diretoria de Gestão da Biodiversidade**

**HELDER ZALUTH BARBALHO**  
Governador do Estado do Pará

**KARLA LESSA BENGTON**  
Presidente do IDEFLOR-Bio

**CRISOMAR RAIMUNDO DA SILVA LOBATO**  
Diretor de Gestão em Biodiversidade

**PEDRO BERNARDO DA SILVA NETO**  
Coordenador do Núcleo de Geotecnologias

Gerência de Sociobiodiversidade  
**Jocilete Ribeiro** – Socióloga/Gerente de Sociobiodiversidade  
**Pedro Simões** – Eng. Florestal/Téc. Gestão Ambiental

Gerência de Biodiversidade  
**Valéria de Albuquerque Pires** – Bióloga / Gerente de Biodiversidade  
**José Leonardo Lima Magalhães** – Biólogo / Téc. Gestão Ambiental  
**Neusa Renata Emin de Lima** – Bióloga / Téc. Gestão Ambiental  
**Rubens Aquino** – Biólogo / Téc. Gestão Ambiental  
**Ana Cláudia Costa** – Auxiliar Operacional

Administrativo  
**Rosângela Cardoso** – Assistente Administrativo  
**Reginaldo Silva** – Secretário de Diretoria

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2. OBJETIVO GERAL</b>	<b>6</b>
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>6</b>
<b>4. PÚBLICO ESPERADO</b>	<b>6</b>
<b>5. RESULTADOS ESPERADOS</b>	<b>7</b>
<b>6. PROGRAMAÇÃO</b>	<b>7</b>
6.1. CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - 15/09/2021	7
6.1.1. Recepção e credenciamento	7
6.1.2. Abertura	7
6.1.2.1. Leitura da Mensagem Oficial	7
6.1.2.2. Composição da Mesa	8
6.2.2.1. Pronunciamento dos Integrantes da Mesa	8
6.2.2.2. Desfecho da Mesa	18
6.1.3. Apresentação dos estudos e proposta de criação	19
6.1.4. Intervenções, questionamentos e esclarecimentos	22
6.1.5. Encerramento	53
6.2. AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL - 17/09/2021	55
6.2.1. Recepção	55
6.2.2. Abertura	55
6.2.2.1. Leitura da Mensagem Oficial	55
6.2.2.2. Abertura Oficial, presidente do IDEFLOR-Bio, Karla Lessa Bengtson	56
6.2.3. Apresentação dos estudos e proposta de criação	58
6.2.4. Intervenções, questionamentos e esclarecimentos	60
6.2.5. Encerramento	77
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS/ CONCLUSÃO</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE II - FOLDER</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE III - CONVITE DA CONSULTA</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE IV – LISTA DE CONVIDADOS E CONFIRMAÇÃO DE ENVIO</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE V - MODELOS DE OFÍCIO/ CONVITE CIRCULAR</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICE VI - BANNERS COM MAPA E ESPÉCIES</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE VII - APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS</b>	<b>93</b>
<b>APÊNDICE VIII - LISTA DE PRESENÇA - CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - 15/09/2021</b>	<b>102</b>
<b>APÊNDICE IX - REGISTRO FOTOGRÁFICO - Consulta Pública Presencial - 15/09/21</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE X - LISTA DE PRESENÇA - CONSULTA PÚBLICA VIRTUAL - 17/09/2021</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE XI - REGISTRO FOTOGRÁFICO - Consulta Pública Virtual - 17/09/21</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICE XII - OFÍCIOS RECEBIDOS OFICIALMENTE PELO IDEFLOR-BIO</b>	<b>116</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

As Consultas Públicas para a Criação Legal de Unidade de Conservação da Natureza Estadual na categoria de manejo Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) rios São Benedito e Azul na Gleba São Benedito, nos municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, estado do Pará foram realizadas de forma presencial, no dia quinze de setembro de dois mil e um, no horário de 10h00 às 15h00 horas (horário de Brasília), na Quadra de Esporte da Escola Municipal Getúlio Vargas “B”, localizada na estrada Gerson Serafim, s/n, na gleba São Benedito, município de Jacareacanga e de forma remota no dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e um, no horário de 10h00 até às 13h00 (horário de Brasília/DF), por meio de transmissão síncrona do auditório do IDEFLOR-Bio, em Belém, na plataforma Google Meets através do link <https://meet.google.com/ket-hjjj-dmh>.

Ambas foram conduzidas pela equipe técnica do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLO-Bio)/ Diretoria de Gestão em Biodiversidade (DGBio)/ Núcleo de Geotecnologias (NGEo)/ Procuradoria Jurídica (PROJUR)/ Gabinete da Presidência (GABPRESI), com o apoio do Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI).

A área proposta, inicialmente, corresponde a aproximadamente 10% da área total da gleba São Benedito, que possui 336.800,00 hectares. A proposta de Refúgio de Vida Silvestre Rios São Benedito e Azul na Gleba São Benedito, Municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, Estado do Pará, tem como objetivo conservar os mananciais e as corredeiras dos rios que dão nome a Unidade de Conservação e valorizar o uso sustentável dos recursos naturais, em especial o ecoturismo e a pesca esportiva. A área possui espécies únicas da fauna e da flora ameaçadas de extinção, e o uso racional deve evitar a degradação e gerar renda com ecoturismo e visitação pública, melhorando a qualidade de vida da população envolvida e contribuir para o desenvolvimento sustentável mantido com a floresta em pé.

Nesse contexto, foram convidados e participaram das referidas Consultas Públicas, os representantes dos moradores e dos empreendimentos da Gleba São Benedito, além de representantes dos Poderes Públicos do Legislativo, Executivo das prefeituras municipais do Estado do Pará, e dos municípios mato grossenses do entorno; Organizações Não Governamentais, moradores que residem na Gleba São Benedito em Jacareacanga e Novo Progresso, proprietários de terra, sociedades mistas de investidores, produtores rurais, garimpeiros, pescadores, comunidades indígenas e outros interessados. Foram apresentados os estudos, a delimitação e a importância de conservação da área, tornando-se referência para população e para a gleba como um todo, por se tratar de área que permaneceu em disputa territorial com o estado do Mato Grosso por mais de 16 anos, somente em 2020 o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa para o estado do Pará.

## **2. OBJETIVO**

Realizar Consulta Pública para a apresentação de estudos técnicos e proposta para criação legal de Unidade de Conservação Estadual de Proteção Integral, na categoria de manejo Refúgio de Vida Silvestre (REVIS), localizada nos municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, no Estado do Pará.

## **3. METODOLOGIA**

A metodologia de realização da Consulta se embasou na Lei 9.985, de 18/07/2021, art. 22, § 2º, Decreto nº 4.340 de 22/08/2002, art. 5º, § 1º e 2º e IN 5 de 15/05/2008. A Consulta Pública cumpriu pré-requisitos para a sua realização como: publicação de edital com 15 dias de antecedência no Diário Oficial do Estado - DOE, divulgação dos estudos no site do IDEFLOR-Bio, assim como a emissão de ofícios e Carta - Convites às Instituições Federais, Estaduais, Municipais, Organizações Não-Governamentais, empreendedores locais e moradores locais, diretamente afetados pela criação da Unidade de Conservação na Gleba São Benedito. A programação inicial previu transmissão síncrona e a participação virtual, no mesmo dia e horário da reunião presencial, a saber, em 15/09/2021 de 10:00h às 13:00h horário de Brasília, na Escola Municipal Getúlio Vargas "B", no endereço Estrada Gerson Serafim, s/n, Zona Rural Gleba São Benedito, Jacareacanga/PA. No entanto, em decorrência de problemas técnicos e a ausência de sinal de internet no local do evento, houve transmissão virtual no dia 17.09.2021 de 10:00h às 13:00h, transmitida da sede do IDEFLOR-Bio em Belém/PA na plataforma Google Meets no link <https://meet.google.com/ket-hjjj-dmh>, sendo divulgado amplamente entre os participantes presentes e no site do IDEFLOR-Bio.

Ambas as consultas públicas foram gravadas em áudio e vídeo e as suas transcrições foram convertidas em texto através da ferramenta on-line Transkriptor (<https://transkriptor.com/>). No total, foram cerca de 8,5 horas de gravação e mais de 150 páginas. O relatório apresentado aqui é um resumo das informações discutidas e fornece informações condensadas de tudo o que foi amplamente informado em ambas as consultas pública, presencial e virtual.

## **4. PÚBLICO ESPERADO**

Moradores e empreendedores da Gleba São Benedito, representantes do Poder Executivo Municipal, Estadual e Federal, Legislativo e Judiciário e de Organizações Não Governamentais.

## **5. RESULTADOS ESPERADOS DA CONSULTA**

- Proposta formalmente apresentada aos participantes;
- Discussão da proposta;
- Ajustes necessários para a conclusão da criação legal da unidade de conservação;
- Consultar os interessados para a criação da unidade de conservação.

## **6 CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - 15/09/2021**

### **6.1 PROGRAMAÇÃO**

#### **6.1.1. Recepção e credenciamento**

Às 8h30, horário local, e 9h30, horário de Brasília, se deu a recepção e credenciamento dos 188 participantes na Consulta (Apêndice VIII).

#### **6.1.2. Abertura**

##### **6.1.2.1. Leitura da Mensagem Oficial**

Em seguida, a cerimonialista fez a leitura da mensagem oficial aqui descrita em sua íntegra *"Boa tarde, Senhoras e Senhores! Sejam todos bem-vindos a esta Consulta Pública que tem como objetivo apresentar e debater com todos os presentes, os estudos técnicos realizados na Gleba São Benedito, visando a Criação de Unidade de Conservação da Natureza Estadual. O Governo do Estado do Pará, por meio do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), tem o dever de consultar a população da Gleba São Benedito, localizada nos municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, aqui representada por Instituições Governamentais, Não-Governamentais e pela sociedade civil sobre a proposta de criação de Unidade de Conservação, conforme estabelecido no § 2º do artigo 22 da Lei 9.985 de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), com a finalidade de construir um debate que se propõe amplo, democrático, harmônico e participativo, envolvendo o maior número de atores da sociedade local. Dentre os objetivos da criação de Unidades de Conservação na Gleba São Benedito, destaca-se a preservação dos rios São Benedito e Azul, das espécies da fauna e flora, residente e migratória, das nascentes, das Áreas de Preservação Permanente (APPs), das paisagens naturais e do microclima, assim como o uso racional e sustentável dos recursos naturais com tecnologias apropriadas para a melhoria da pecuária e da agricultura rumo à sustentabilidade e o mínimo impacto ambiental, compatibilizando desenvolvimento econômico com a sustentabilidade, além do ordenamento fundiário, evitando a degradação e gerando renda com ecoturismo, melhorando a qualidade de vida da população envolvida. Neste sentido, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio), convocaram, por meio de Edital e divulgaram esta Consulta Pública para o conhecimento dos interessados, no Diário Oficial do Estado, no site do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade, em jornais de grande circulação regional. Assim como, foram expedidos ofícios às instituições municipais, estaduais e federais, Organizações não Governamentais e toda a população do interior da Gleba por meio whatsapp, por exigência legal e porque acreditamos que somente com a participação e discussão do maior número de atores sociais locais é que os objetivos propostos serão alcançados. Com a criação da Unidade de Conservação, o Governo do Estado do Pará, por meio do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, em conjunto com as Organizações não Governamentais, moradores e produtores locais pretende inseri-la na categoria do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, fomentar um desenvolvimento econômico sustentável do ponto de vista sociocultural e ecológico, criar condições de infraestrutura, promover a pesquisa científica, o turismo ecológico e a educação ambiental"*.

### 6.1.2.2 Composição da Mesa

Ao término da leitura da mensagem oficial, a cerimonialista deu início a composição da mesa, constituída pela Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), Senhora **Karla Lessa Bengtson**; o Prefeito do Município de Jacareacanga, Senhor Sebastião Aurivaldo Pereira Silva, representado pelo senhor **Clebson Barros**; o Prefeito do Município de Novo Progresso, senhor Gelson Luiz Dill, representado pelo Vice-Prefeito, senhor **Marconi Petrolino de Lima**; o Prefeito do Município de Alta Floresta, Senhor **Chico Gamba**; o Prefeito do Município de Paranaíta, senhor **Osmar Moreira**; o Prefeito do Município de Apiacás/MT, senhor **Júlio dos Santos**; o Prefeito do Município de Nova Monte Verde/MT, Senhor **Edemilson Marino**; o Presidente da Câmara de Vereadores de Jacareacanga, Senhor Giovanni Amancio Caetano Kabá Munduruku, representado pelo Senhor Dr. **Euthiciano Muniz**; o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Novo Progresso, Senhor **João Maria dos Santos**; o Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Gleba São Benedito – Agrodito, Senhor **Paulo Saraiva de Jesus França**; o representante dos Empreendimentos da Margem Esquerda dos Rios São Benedito e Azul, senhor **Sandro Márcio**; e o Cacique da Terra Indígena Kayabi, Senhor **Eroite**.

Após a composição da mesa foram executados em sequência os Hinos Nacional e do Estado do Pará.

### 6.1.2.3 Pronunciamento dos Integrantes da Mesa

**A primeira fala foi do representante da Terra Indígena Kayabi, o Cacique senhor Eroite**, que deu bom dia a todos, se apresentou como Cacique da Terra Indígena, próximo à Gleba São Benedito.

**A segunda fala foi do representante dos Empreendimentos da Margem Esquerda dos Rios São Benedito e Azul, senhor Sandro Márcio Paukoski**, que deu bom dia e agradeceu a presença de todos na (consulta) audiência pública. Disse que estava representando os empreendimentos de nicho da Gleba São Benedito e mencionou o desejo de querer se desenvolver. Ressaltou que a (consulta) audiência pública seria para ver os benefícios importantes para os empreendimentos turísticos e para a Gleba São Benedito. Ressaltou que são parceiros há muito tempo e que iria querer escutar todo mundo, finalizando agradecendo com “obrigado”.

**Posteriormente falou o Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Gleba São Benedito – Agrodito, Senhor Paulo Saraiva de Jesus França**, onde, deu bom dia a todos. Agradeceu a presença de todos e informou, que a princípio, ele e os demais estavam apreensivos. E disse que não tinham conhecimento das consequências, nem dos benefícios. Ressaltou que estavam inseridos no município de Jacareacanga, que segundo ele, é um município que cabem dois estados de Alagoas e que 93% desse território é composto por parque nacional e reserva indígena e somente 7% está disponível. E na sequência disse que desses 7%, segundo a legislação ambiental, só pode ser beneficiado 20%. Frisou que aguarda a apresentação dos estudos para saber como fica essa situação e o que vai acontecer de bom para eles e quais seriam as consequências disso. Ressaltou que tudo o que



tem na Gleba não foi feito pelo estado do Pará, que nunca se fez presente. Deixou o seu protesto porque o estado do Pará nunca apareceu, onde, disse que estão quase há 40 anos na área e que as estradas, hoje, com o advento da Usina foi realizada uma parceria entre os proprietários que cultivam, que cobrem o diesel e a manutenção dos maquinários, ressaltando que as estradas não foram feitas nem pelo estado e nem por prefeituras. Mas que sempre tiveram o apoio por parte do município de Paranaíta, mas lembrou que nem sempre é possível porque incide em problemas de competência e poderia dar problema para a administração de Paranaíta, mas mesmo assim a prefeitura de Paranaíta ajudou algumas vezes. Finalizando sua fala, disse que iriam aguardar a apresentação para verem o que tinha de proposta, agradecendo em seguida.

**Dando continuidade, falou o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Novo Progresso, Senhor João Maria dos Santos,** onde, deu bom dia a todos e a todas, cumprimentou e agradeceu em nome da presidente do IDEFLOR-Bio, a mesa, e ao vice-prefeito de Novo Progresso e a todos que estavam participando da (consulta) audiência pública. Como enunciado, se identificou novamente como Secretário de Meio Ambiente de Novo Progresso, ressaltando que estava acompanhando o vice-prefeito, o secretário de agricultura e mais dois técnicos de meio ambiente. Disse que iria participar da (consulta) audiência pública, ressaltando como um momento muito importante. Segundo as suas palavras, entende que a participação da comunidade leva a um comum acordo que fique bom para todos. Frisou, ainda, que participaria, estaria junto para participar e que seria parte interessada, haja vista que o papel do meio ambiente é participar, ressaltando que devemos preservar mas sem inviabilizar, também, o produtor rural para que possa produzir, considerando que é o futuro do município, do estado e do país. Se prontificou a está debatendo, conversando, agradeceu mais uma vez a todos e disse que sua participação se desenvolveria no andamento das discussões no decorrer da (consulta) audiência pública, finalizando com “obrigado”.

**Em seguida fez uso da palavra o sr. Dr. Euthiciano Muniz, representando o Presidente da Câmara de Vereadores de Jacareacanga, Senhor Giovane Amâncio Caetano Kabá Munduruku,** o senhor Euthiciano deu bom dia a todos, em especial a todos os representantes da mesa, enfatizando os colegas representantes da OAB que estavam presentes, e a todos os comunitários e empresários da região. Ressaltou que estava representando, conforme o enunciado, a câmara, a prefeitura e os representantes da pesca do rio Amazonas e que também teria interesse em ver tudo que iria acontecer no decorrer da referida (consulta) audiência pública. Disse que estava à disposição de todos e que segundo as suas palavras participaria do debate com bastante afinco. Frisando que os interesses envolvem, em sua maior parte, o seu município e toda a reserva. Na sequência, disse que ouviria atentamente e verificaria se “isso” seria bom ou ruim para o desenvolvimento. Disse que ouviria a todos os presentes, assim como começou a ouvir logo cedo e ressaltou que apresentaria as propostas posteriormente.

**Em seguida falou o Prefeito do Município de Paranaíta, senhor Osmar Moreira,** que deu bom dia a todos, cumprimentou a senhora Karla Bengtson, presidente do IDEFLOR-Bio, o vice-prefeito de Novo Progresso, os representantes de

Jacareacanga, cumprimentou os participantes do município de Alta Floresta, o presidente do consórcio em saúde, o prefeito *Ulysses Bandeirantes*, de Nova Monte Verde, o presidente do consórcio, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Teles Pires (CIDVAT) e demais autoridades presentes, vereadores e comunitários. Em seguida, direcionando-se a sua fala à Presidente do IDEFLOR-Bio, disse que estava ali, naquele dia, representando uma região, referindo-se ao município de Paranaíta, município vizinho de Jacareacanga, sofrendo e acompanhando as demandas da população, ressaltando que as pessoas que estavam ali, também, eram filhos de Paranaíta e filhos de Jacareacanga, frisando que ambos os municípios, que chamou de irmãos, defendem seus habitantes de uma maneira muito bem, com um entendimento muito bom. Disse que tudo que acontece na Gleba, mesmo sendo um território do Pará, existe serviço público através de convênio entre as duas prefeituras, disse, também que o município de Jacareacanga está, praticamente com 400 km de mata virgem até a sede do seu município, então, enfatizou que não poderiam deixar de ter o entendimento e atender as famílias, atender os proprietários, os filhos de Paranaíta e os filhos de Jacareacanga, filhos do Pará, filhos do Mato Grosso. Lembrou que essa integração dos dois municípios e talvez a ausência do Estado prejudicou muito ao longo desses anos que vêm desenvolvendo e ajudando a região. Fez referência à fala do Presidente da AGRODITO, sr. Tuka, que comentou que nunca tiveram a presença do Governador do Pará para representá-los e que precisam mais do que nunca de muitas coisas que nunca funcionaram na área. O prefeito se posicionou, pedindo desculpa a senhora Karla, dizendo que já tinha conhecimento e já tinha estudado grande parte do projeto que iria ser debatido na Consulta. Disse, ainda, que se encontram traumatizados na região com áreas indígenas, unidades de conservação, parques ecológicos, o Parque do Cristalino, enfim pessoas investidores que ficam por detrás de ambientalistas segurando a região. Mas frisou que não estava defendendo que haja a devastação, mas gostaria de uma discussão ampla e que fossem ouvidos. Fez referência aos prefeitos da região que compõem o CIDVAT e que o prefeito de Jacareacanga foi convidado para compor o CIDVAT que é composto por seis municípios da região de Mato Grosso que são circunvizinhos e diante disso ele acha que precisam ser ouvidos. Ressaltou que quando há um estudo de impacto, mesmo que seja no estado do Pará, eles também serão impactados junto com qualquer decisão que seja tomada, já comentado com o prefeito de Jacareacanga na articulação em que estão construindo. Se referiu à questão turística que acha que deve ter uma adequação, visto que se encontram no entorno de dois lagos que foram retirados do estado do Mato Grosso e de uma parte do Pará uma grande parte do potencial turístico deles. E quanto à questão do meio ambiente, disse que têm o direito de serem ouvidos, o que se trata, segundo ele, nem de educação por parte do Estado do Pará, mas que devem ser ouvidos. Fez referência ao estudo técnico para a criação da UC e que foi convidado em cima da hora, deixou o seu protesto porque faz parte da referida comunidade. Disse que trouxe essa preocupação para a sra. Karla porque está trazendo mais benefício para o Pará do que o próprio Pará. Fez referência ao entendimento que está tendo com o prefeito Edivaldo, prefeito que ele qualificou de democrático, companheiro, que entendeu a sua situação e que estão levando juntos para não estar desenvolvendo sozinho. Na sequência, parabenizou a todas as pessoas presentes na Consulta, pessoas, consideradas por ele, pioneiras que estão tocando a região praticamente sem a presença do setor público. Disse que quando descobriu que estavam sendo impactados, fazendo referência ao Estado do MT que disse defender, responsável

pelo CIDVAT dos três municípios, quanto pelo município de Jacareacanga, ressaltando que agora, que estavam montando um plano em conjunto de turismo e desenvolvimento regional e turismo, desenvolvimento sustentável, construção de qualidade de vida, investimento de saúde de todas as áreas foram recebidos por essa notícia, então, isso assusta, disse ele. Disse, ainda, que o estudo não foi discutido e que não tinha conhecimento, onde, segundo ele, foi simplesmente colocado a toque de caixa e que não estava entendendo o estudo que foi feito e perguntou “por que criar uma unidade de conservação”?, e que depois dessa UC viria a segunda etapa que seria a zona de impacto que, também, teria que ter suas regras. Pediu que fosse constado em ata de que os prefeitos fizeram uma reunião em conjunto, entre prefeito de Jacareacanga, produtores rurais e demais órgãos e que precisam ser ouvidos para discutir e precisam que o Governador do Pará e o Governador do Mato Grosso lhes ouvissem. Ressaltou que estão se estruturando para melhor se desenvolverem e estão mostrando para o mundo a segurança jurídica, e que são assolados quando chega essa notícia. Disse que não é contra nenhuma unidade de conservação, mas acha muito estranho ser criada uma reserva na beira de uma reserva indígena, na beira de uma reserva de pesca. Novamente, frisou para a sra. Karla, que gostaria que o governador do Estado do Pará pudesse ouvi-los de maneira democrática, os prefeitos dessa região, o que seria o mínimo que merecem, ressaltou que os prefeitos da região precisam discutir antes de qualquer assunto que venha para a região. Falou que essa seria a única (consulta) audiência pública que foi criada nesse momento, em época de pandemia e que como prefeito estava preocupado com o seu município, ressaltando que conseguiu administrar os recursos da saúde com serenidade. Concluindo, o prefeito de Paranaíta solicitou à presidente do IDEFLOR-Bio de que os municípios que compõem o CIDVAT fossem ouvidos para que os estudos fossem melhor discutidos com eles, solicitou, também, que governo do Estado do Pará lhes ouvissem antes de encaminhar a proposta, porque se não forem ouvidos, os mesmos irão entrar com demanda judicial à Procuradoria Geral da União e Ministério Público Federal para garantirem os seus direitos. Sugeriu, ainda, que a Consulta Pública fosse suspensa, assim como todas as negociações para a criação da UC até que todos os prefeitos componentes do CIDVAT fossem ouvidos.

**Dando continuidade, falou o vice-prefeito do município de Novo Progresso, senhor Marconi Petrolino de Lima, representando o Prefeito do Município, senhor Gelson Luiz Dill,** que deu bom dia a todos, e em nome da presidente do IDEFLOR-Bio, Karla Bengtson, cumprimentou a mesa, e em nome do prefeito Osmar de Paranaíta cumprimento todos os prefeitos, vereadores, pecuaristas e produtores rurais do agronegócio presentes na Consulta. Falou que estava representando o município de Novo Progresso, município que também será impactado, atingido cerca de um mil hectares, na divisa com o estado de MT, onde, ainda, agradeceu em nome do prefeito Osmar de Paranaíta e em nome do prefeito de Alta Floresta e de todos os municípios vizinhos, a assistência que foi dada para as pessoas que possuem as propriedades no Estado do Pará. Frisou que a dificuldade é muito grande para que o município de Novo progresso, mais especificamente a prefeitura, venha dar assistência à população da Gleba, fazendo referência a fala do prefeito que lhe antecedeu de que muito pouco houve de representação nesse território do Pará e agradeceu todos os produtores e empresários que dão essa assistência. Na sequência falou que estava ali para ouvir as propostas que o IDEFLOR-Bio apresentaria para os produtores rurais e para todos que estavam na Consulta.

Ressaltou que, a pedido do prefeito Osmar, articularia uma conversa com o governador Helder Barbalho junto com o governador do Estado de Mato Grosso. Enfatizou que não é contra as criações, mas é preciso preservar, mas respeitando as pessoas que se encontram na área há muitos anos, pessoas que se deslocaram de todos os cantos do Brasil para estarem hoje, produzindo, levando desenvolvimento para todo o Brasil. Disse que estava ali para ouvir, acreditando que haveria alguns debates, algumas conversas, democraticamente e finalizou agradecendo a todos que estavam lhe recebendo naquele dia com um “muito obrigado”.

**Fez uso da palavra o Prefeito do Município de Apicás/MT, senhor Júlio dos Santos**, onde, deu bom dia a todos, disse em nome da mesa e dos demais prefeitos, agradecendo a todos pela oportunidade de estar presente na Consulta. Disse que estava ali para falar em nome da região, frisando que a região, graças a Deus estava com 06 prefeitos, dizendo que sairia da Consulta para ir à Cuiabá pedir pela região e não somente pelo seu município. Lembrou que estava acompanhado de 05 vereadores de sua cidade para demonstrar o apoio ao município de Paranaíta e toda região. Ressaltou que precisam, sim, muito do turismo, de olhar pelos seus irmãos indígenas, mas que precisam olhar para esse povo, um povo que assim como Apicás, segundo o prefeito, chegou há 40 anos atrás, construíram tudo o que tinham para construir e hoje, segundo ele, dormem com medo de acordar no outro dia e não poder ter mais a propriedade que possuíam. Então o que pede à presidente é que ela leve até ao governador esse apoio da região, disse que estava na consulta para lutar pela região, enfatizando que vão lutar pela região, sem deixá-la em nenhum momento, lembrando os agricultores, os pecuaristas, como os próprios garimpeiros abandonados. Frisou que o povo é um povo trabalhador, é um povo que hoje alimenta o mundo, alimenta o Brasil e não pode de forma alguma abandonar esse povo, finalizou com um “muito obrigado a todos”.

**O Prefeito do Município de Nova Monte Verde/MT, Senhor Edemilson Marino**, assim como os demais, deu bom dia a todos, cumprimentou a mesa, os vereadores, os produtores rurais e empresários presentes em nome do município de Nova Monte Verde e também em nome do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Teles Pires (CIDVAT). Disse que vieram à Consulta prestar solidariedade ao município de Jacareacanga e aos municípios, que também, vão estar sendo impactados. Frisou que o município de Nova Monte Verde não está sendo impactado, mas que em um momento, de repente, posterior, poderá vivenciar experiências sem ser consultado ninguém, ressaltando que é o momento realmente de discutir em nome do CIDVAT. Fez referência a fala do Prefeito Osmar, que considerou feliz e que segundo ele, pontuou tudo o que precisava ser falado. Disse que queria ouvir a população, os representantes e que como representante do povo tem essa preocupação. Questionou de que se sua região for impactada como é que o gestor vai prestar o seu trabalho, além de que falou sobre a segurança jurídica ser muito grande, onde, perguntou qual o investidor que vai ter coragem de investir em um lugar desse, que a qualquer momento poderá chegar uma lei que atrapalha a todos. Continuando, disse que em nome do CIDVAT, podem contar com o consórcio para lutar, ressaltou que a população pode ter certeza de que os prefeitos estão muito dispostos para fazer esse trabalho pela população e não pelo interesse próprio. Lembrou que estava com uma equipe muito unida e realmente interessada

em lutar por eles, referindo à plenária. E finalizou dizendo que podem contar com o CIDVAT e com os prefeitos da região, deixando “um grande abraço”.

**Fez uso da palavra o Prefeito do Município de Alta Floresta, Senhor Chico Gamba**, cumprimentando a todos com “bom dia”, assim como cumprimentou a mesa em nome do prefeito Osmar, cumprimentou a todos em nome do senhor Luciano, vereador de Alta Floresta representando a câmara e agradeceu pela presença de cada um. Em seguida, se dirigiu a senhora Karla solicitando que ela levasse ao governo do Pará, acreditando que ele tenha conhecimento de tudo que viveram no local, de que foram trazidos pelo Governo Federal, visando “integrar para não entregar”, fazendo referência a situação daquela época, com falta de estradas, asfalto, energia, telefone, rádio e assim por diante. Onde, continuou, dizendo que foram impactados na questão de poder de direito de derrubar apenas 50% da propriedade e posteriormente somente com o direito de derrubar 20%, salientando que tiveram prejuízo de 30% de norma e de direito, segundo o prefeito, resolveram não aceitar esperando que impactasse de novo da forma que estão sendo. Citou o exemplo do Parque Cristalino, base aérea, áreas indígenas, citado pelo prefeito Osmar, enfatizando que daqui a um tempo não terão mais áreas de amortecimento. Onde, segundo o prefeito, a quilometragem prevista dentro da área de amortecimento prejudica aquilo que vieram fazer na região que era abrir uma região e desenvolver e que entendem que é preciso respeitar o meio ambiente e estão fazendo isso. Lembrou que já fizeram vários trabalhos, que já saíram na mídia nacional e internacional como uma das regiões campeãs em desmatamento e queimadas e que fizeram o inverso disso, onde, também, foram campeões de redução em desmatamento e queimadas. Ressaltou que estão fazendo o seu papel, cumprindo a legislação, mas que querem que isso seja conversado com aqueles que estejam no lugar para que não seja tomada medidas sem conversar e que com isso não querem entregar a região para países estrangeiros. Frisou que querem ser ouvidos, querem que o IDEFLOR-Bio ouça a população e que estará do lado da população, fazendo referência a fala dos prefeitos que lhe antecedeu, onde defendeu a união, defendendo tudo o que já foi feito na região. Desejam respeitar o meio ambiente, mas sem precisar devastar o que já foi feito, desejam produzir mais, e que tudo que construíram não querem que seja impactado. Disse que estava junto com outros prefeitos para discutir, agradeceu a presença de Jacareacanga, Novo Progresso, mencionou que estão um pouco distantes, mas que são municípios vizinhos. Finalizou dizendo que estava ali para defender o interesse de todos, e agradeceu com “obrigado e grande abraço”.

**Na sequência falou o senhor Clebson Barros, representando o Prefeito do Município de Jacareacanga, Senhor Sebastião Aurivaldo Pereira Silva**, o senhor Clebson Barros, cumprimentou as senhoras, os senhores e as autoridades presentes com um “bom dia”. Em seguida disse que estava no município de Jacareacanga representando o prefeito, o senhor Valdo do Posto, como é conhecido na sua cidade e como representante dele, enfatizou que estaria com o povo, ou seja, o prefeito de Jacareacanga está ao lado do povo. Onde, o que for bom para o povo, o Prefeito vai defender também. Ressaltou que todos os interesses políticos que o prefeito assume são voltados para o povo de Jacareacanga. Fez referência à Gleba São Benedito, parte do município de Jacareacanga, muito embora o seu povo seja a

maior parte de Paranaíta e Alta Floresta, mas que cabe ao Prefeito de Jacareacanga defender esse povo. Frisou que ao chegar na Gleba no início do ano de 2021 com a sua família, passou a visitar várias fazendas, onde, já visitou quase todas as propriedades, onde sente o povo sofrido, batalhador, homem do campo que já habita a região há mais de trinta anos e que merece nada mais do que o respeito e a dignidade de continuar produzindo, de continuar sobrevivendo da terra que ele está cultivando. Enfatizou que a prefeitura de Jacareacanga pretende se fazer presente cada vez mais porque esse desenvolvimento que existe na Gleba, segundo o senhor Clebson, se deu pela ausência do Estado e do município. Onde, mencionou que a Gleba só cresceu, só é produtora de soja e de gado, devido o poder público está afastado, pois, com isso, segundo ele, fez com que ficassem confortáveis para produzir porque não tinham aquela cobrança, não tinham aquela perturbação dos poderes públicos, tirando o sossego ou até delimitando até onde poderia introduzir e o prefeito de Jacareacanga está para dar apoio para o povo que faz parte do seu município e o que se for preciso ele vai somar junto, somando com os demais prefeitos para que o povo seja representado. Mencionou que não importa as outras gestões, frisando que não pretende saber o que houve porque não esteve presente. Ressaltou que a Gleba é do município de Jacareacanga, lembrando que é Jacareacanguense, nascido no município de Jacareacanga e que está na Gleba porque se sente pertencente à área por ser do município de Jacareacanga e que o prefeito de Jacareacanga tá ligado com o povo que faz parte desse município, para defender as suas causas, finalizando com um “bom dia e obrigado”.

**Finalizando a fala dos integrantes da mesa, falou a Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), Senhora Karla Lessa Bengtson,** onde cumprimentou os participantes com um “bom dia a todos”, falando que a programação será respeitada com oportunidades para que todos possam fazer as suas perguntas, arguições de uma forma democrática, construindo o processo tão significativo para a Gleba São Benedito, Estado do Pará. Primeiramente, pediu autorização para retirar a máscara, e dirigindo a fala ao Prefeito de Paranaíta, senhor Osmar, ressaltou que a Consulta Pública estava se realizando em um momento muito importante para o IDEFLOR-Bio amparado no Decreto nº 800 do Governo do Estado do Pará, seguindo todas as regulamentações e o cumprimento das normas de distanciamento, de álcool gel e uso de máscara. Pois, compreende que esse é um momento muito importante para o Brasil, para o estado do Pará, para o Mato Grosso e para cada cidadão que faz a história da Gleba São Benedito, ressaltando que a Consulta Pública, como o próprio nome já diz, é uma consulta. Em seguida, cumprimentou a mesa, cumprimentando o Prefeito Chico, de Alta Floresta, o prefeito de Paranaíta, Osmar Moreira, o Cacique da Terra Indígena Kayabi, senhor Eroíte, senhor Edemilson do CIDVAT de Monte Verde, o prefeito Júlio de Apiacás, senhor Clebson Barros, representante do prefeito de Jacareacanga, senhor Marconi, vice-prefeito de Novo Progresso, doutor Euthiciano representante da Câmara de Jacareacanga, o senhor João Maria dos Santos Secretário Municipal de Meio Ambiente de Novo Progresso, o senhor Paulo Saraiva de Jesus presidente da AGRODITO e o senhor Sandro Paukoski representante dos empreendimentos da margem esquerda do Rio São Benedito e Azul, agradeceu a presença do Secretário Municipal da Agricultura de Novo Progresso, senhor Cleiton Júnior, assim como agradeceu a presença de todos os quais lhe antecederam na (consulta) audiência pública em um diálogo com o IDEFLOR-Bio. Citou a reunião que teve com o prefeito Valdo do Posto, de

Jacareacanga, com a equipe do município dando a clareza não só do estudo, inerente à consulta pública, mas todos os elementos que envolvem todo o histórico dentro da Gleba, onde, agradeceu a presença da secretária de meio ambiente de Jacareacanga, senhora Fabrícia Santana, que esteve presencialmente na referida reunião no IDEFLOR-Bio, preocupada com a situação. Citou, também, a reunião realizada entre o IDEFLOR-Bio e o prefeito Gelson de Novo Progresso que objetivou dar toda clareza da proposta. Frisou o quanto o IDEFLOR-Bio, deseja um momento como esse de conversa, de diálogo, para que todos tenham toda a clareza necessária para que as decisões sejam tomadas. Enfatizou que não quer arbitrariamente dar prosseguimento a processos sem ouvir a representatividade da região porque compreende ser um momento não só histórico, mas importantíssimo e imprescindível para que se possa avançar, e continuou dizendo o quanto foi emocionante ver na hora do hino do Pará, as araras voando, enfatizando que é privilégio de quem mora na Gleba, pois, não é todo mundo que tem isso. Pois, isso mostra o quanto que está sendo preservado, e que o desejo é preservar ainda mais, mas ressaltou que a preservação está correlacionada também com o desenvolvimento sustentável e é dentro dessa perspectiva que, segundo a presidente, se queria conversar naquela manhã. Ao dizer que era com muito prazer que recebia cada um dos senhores presentes e que gostaria de conhecer um pouco os participantes que perguntou quem era da AGRODITO? quem era da margem dos rios? Quem era de Paranaíta? Alta Floresta? e demais municípios?, na sequência disse que isso demonstra a importância do diálogo, a importância da comunicação, lembrando que estava na Consulta trazendo uma missão dada pelo governador Helder Barbalho, para conversar e ouvir, onde para que se possa seguir processos, as etapas precisam ser cumpridas, lembrando que o IDEFLOR-Bio não quer se furtar dessa condição. Disse ainda, que ao chegar na região, procurou a emissora de rádio para que pudessem ser ouvidos também. Considerando um desafio, como paraense que é, que ama o seu estado e respeita a sua nação, compreende que momentos precisam ser construídos e afirmou que levaria o pedido do Prefeito de Paranaíta ao Governador para que a conversa seja realizada com entendimento e alinhamento. Lembrando que dentro da realidade existente destacou a Gleba São Benedito, 336.800 hectares, com a existência do histórico dos dezesseis anos de lacuna decorrente do processo judicial entre o governo do Estado do Pará e o governo do Mato Grosso. Em sua fala relatou a necessidade de reconhecer que o ônus ficou muito para o governo de Mato Grosso, pela acessibilidade do território, ressaltando que hoje, a acessibilidade de paraenses vindo de Novo Progresso e Jacareacanga precisa pedir licença para os irmãos do MT para poder adentrar dentro dessa Gleba, e quando o IDEFLOR-Bio chega na Gleba para fazer o estudo, ele não chega precipitado para a tomada de decisão. Pois, lembrou Karla Bengtson, ao longo desses dezesseis anos de que existe um histórico que precisa ser resgatado, histórico este que envolve o Macrozoneamento do estado do Pará e o Zoneamento do oeste do Pará, além da Resolução nº 19 do COEMA, e que preocupado com essa situação que envolve os rios São Benedito e Azul estabeleceu parâmetros de proteção para os leitos e os mananciais e com base nesses elementos que o IDEFLOR-Bio, que tem a competência também da criação das unidades de conservação, assim como proposição dos SAFs, que é um programa que o Governo do Estado tem para utilização de sistemas agroflorestais em áreas alteradas. Continuando, disse que compreende a realidade do município, a realidade por qual passa a região, mas vivencia o desafio de analisar o histórico e a situação da Gleba, lembrando que a Resolução do COEMA que já prevê a preservação dos

rios, não aporta os recursos inerentes para que se possa ordenar e realizar a gestão e a governança da área, como por exemplo aportar recursos da Compensação. Citou que por meio dos estudos técnicos, foi possível propor vias de acesso da produção pela BR-163, lembrando que o Brasil é agro e sabe o quanto essa atividade sustentou o país no período da pandemia e que pretende com muita responsabilidade, tomar as decisões necessárias. Lembrou, ainda, que pelo macrozoneamento, toda a Gleba deveria ser uma UC de Uso Sustentável, mas frisou que após o IDEFLOR-Bio ouvir os municípios de Novo Progresso e Jacareacanga, compreendeu que ocupar a totalidade da Gleba com uma UC seria inviável, pois ficaria difícil de fazer a produção e diante disso a proposta a ser apresentada parte da premissa de resguardar o que tá previsto na resolução, diminuindo de 62.000 hectares para 40.000 hectares, criando uma UC de Proteção Integral na categoria de manejo Refúgio de Vida Silvestre (REVIS), pois para ter produtividade se precisa, também, dos recursos hídricos, da preservação da biodiversidade e todo o elemento ecológico. Disse conhecer as dificuldades que cada produtor possui referente aos impostos, o cumprimento das leis, ou seja, direitos e deveres do produtor rural. Em seguida falou sobre o regramento que deverá existir após a criação da UC por meio da elaboração do Plano de Gestão, a criação do Conselho Gestor, onde as decisões serão compartilhadas. Ressaltou que o lapso temporal de 16 anos não impediu que a partir do momento que saiu, em junho de 2020 a decisão junto ao STF, uma das primeiras atitudes do governador do estado do Pará foi inserir a área dentro do Plano Estadual Amazônia Agora. Na sequência, pediu a colaboração de todos para que de forma pacífica, ordenada, pudesse dar continuidade na consulta e passou a palavra para o senhor Crisomar Lobato, Diretor de Gestão da Biodiversidade apresentar os estudos técnicos e a proposta, enfatizando que desde o início ele esteve à frente do processo da Gleba. Falou ainda, sobre as 26 UCs que o Pará possui, dos desafios e da importância de parcerias e que não será possível avançar se não for por meio do diálogo, do olho no olho, por isso a oportunidade do momento da realização da Consulta Pública. Finalizou agradecendo a cada uma das pessoas presentes que tirou o tempo do seu dia para participar da Consulta, preocupado com o desenvolvimento sustentável da Gleba, sendo essa a proposta do IDEFLOR-Bio, agradecendo a todos com “muito obrigada”.

#### 6.1.2.4 Desfecho da Mesa

Após a fala de todos os onze membros da mesa, a cerimonialista agradeceu a todos e solicitou que a mesa se desfizesse para dar início a apresentação dos estudos e da proposta. Na sequência, apresentou e chamou o sr. Crisomar Lobato, Diretor de Gestão da Biodiversidade do IDEFLOR-Bio e as Procuradoras Autárquicas Fundacional do Estado do Pará, Sras. Dr<sup>a</sup> Diana Castelo Monção de Souza e Ivana Passos de Melo Antunes Costa. Assim como explicou a metodologia de trabalho, onde o sr. Crisomar apresentaria e posterior a apresentação se abriria para as incrições orais. Na sequência foi registrado a presença do secretário municipal de agricultura de Novo Progresso, senhor Cleiton Júnior.

#### 6.1.3. Apresentação dos estudos e proposta de criação

A apresentação dos estudos técnicos e da proposta de criação da Unidade de Conservação, conforme Apêndice VII, foi exposta pelo Senhor Crisomar Lobato,



Diretor de Gestão da Biodiversidade/ DGBio/ IDEFLOR-Bio, e abordou os seguintes aspectos:

- **Origem da Proteção da Gleba São Benedito:** foram apresentados o Art. 254 de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, presente na Constituição do Estado do Pará de 1989; a Lei Nº 6.745 / 2005 de MacroZoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará que indica a Gleba São Benedito para Unidade de Conservação Sustentável; a Lei Nº 7.243 / 2009 de Zoneamento da Zona Oeste do Pará que também indica a área da Gleba para Unidade de Conservação Sustentável; e o Decreto Nº 941 / 2020 do Plano Estadual Amazônia Agora / Programas Território Sustentável e Regulariza Pará, que inclui a Gleba São Benedito.
- **Histórico da Gleba São Benedito:** foi relatado que em 2002, o ITERPA arrecadou a área da Gleba como terra devoluta, incorporando ao patrimônio do Estado do Pará (Portaria Nº 00854). Porém, em 2004, o Governo do Estado do Mato Grosso impetrou uma ação cível ordinária no Supremo Tribunal Federal (STF) requerendo essa área. Somente em junho de 2020, o STF emitiu decisão favorável ao Estado do Pará (Diário de Justiça Eletrônico Nº 161/2020). Desde então, o Governo Paraense acionou o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio, cabendo a Diretoria de Gestão de Biodiversidade a responsabilidade de realizar estudos técnicos para subsidiar a proposta de criação de Unidade de Conservação na Gleba São Benedito.
- **Unidade de Conservação da Natureza/ UCS:** foi apresentado o conceito de Unidade de Conservação, bem como as categorias de Uso Sustentável e de Proteção Integral, explicando que nas UCs de Proteção Integral é permitido somente o uso indireto dos recursos naturais, cabendo atividade de ecoturismo, educação ambiental, pesquisa científica, enquanto que nas UCs de uso sustentável, dependendo da categoria de manejo, cabe agricultura e pecuária.
- **Proposta para a Gleba São Benedito:** foi relatado que os técnicos da DGBio/ IDEFLOR-Bio fizeram duas expedições (18/11 - 05/12/2020; 28/05 - 12/06/2021) para a Gleba para realizar os estudos ambientais, biológico e socioeconômico para a criação da UC na Gleba São Benedito. E com base na fauna ameaçada registrada para a área, como o macaco-do-rabo-branco, macaco-preto-de-cara-branca, araras-azuis no Rio Azul, única população de registrada fora do Pantanal, além de onças e cachorro-do-mato-da-orelha-curta, foi apresentada a área proposta para criação de uma UC na Gleba, a qual corresponde uma área de 255 km ao longo dos Rios São Benedito e Azul, incluindo o leito dos rios e 2 mil metros a partir da margem esquerda desses rios até a foz do Teles Pires. Esta área abrange 40.325 ha (quarenta mil trezentos e vinte e cinco hectares), ao longo dos rios e foi indicada para uma UC de proteção integral, na categoria de manejo Refúgio de Vida Silvestre (REVIS), restando 296.735 hectares da área da Gleba para a consolidação das atividades produtivas tradicionais.

Houve intervenção da Presidente do IDEFLOR-Bio, Karla Bengtson, que mencionou que mesmo não havendo saído a sentença junto ao STF, uma equipe do IDEFLOR-Bio esteve na região em 2019 para fazer o levantamento e reconhecimento da Gleba.

Em seguida, houve manifestação da Procuradora do IDEFLOR-Bio, Ivana Costa, que explicou que toda questão relacionada com as atividades da agropecuária, das áreas já consolidadas, serão trabalhadas no Plano de Manejo, o qual será construído de forma conjunta e terá um conselho diretor, com a participação de representantes da comunidade. Além disso, foi reforçado que o IDEFLOR-Bio sabe da importância, relevância e da preocupação com a questão agropecuária, e que isso está sendo levado em consideração.

- **Apresentação dos estudos técnicos:** prosseguiu-se com a apresentação dos estudos com Crisomar Lobato, que relatou que a segunda expedição foi para complementação e validação dos dados biológicos, físicos e socioeconômicos da Gleba São Benedito. Foi mencionado sobre a importância de fazer um estudo de estoque pesqueiro de toda a bacia do Rio São Benedito; que aproximadamente 50% da Gleba como um todo, está sendo usada para agricultura e pecuária; e apresentado a proposta, dos estudos do meio físico, para escoamento da produção que seria a construção de uma estrada estadual que ligaria a Gleba a BR 163. Essa estrada teria aproximadamente 100 km entre o Parque Cristalino e o Campo de Provas das Forças Armadas (CPFA). Porém, foi enfatizado que para a construção dessa estrada é necessário um acordo com as forças armadas para liberação da área. Quanto à regularização fundiária da área da Gleba, constatou-se uma lista de apenas 35 propriedades no ITERPA, embora possa haver muito mais. Foi colocado que todas as propriedades privadas na Gleba São Benedito serão respeitadas e regulamentadas. Para isso o governo do Estado, inseriu a Gleba dentro do Programa Amazônia Agora, no eixo de Território Sustentável e no outro eixo chamado Regulariza Pará.

Intervindo, a Presidente do IDEFLOR-Bio relatou que com base nos estudos realizados, foram encaminhados ofícios para a SEMAS, ITERPA, SESP, SETRANS e SEDUC, sinalizando todas as dificuldades e gargalos que foram encontrados. E como fruto dessa interlocução, há duas semanas houve uma reunião no mesmo local com uma equipe do ITERPA para tratativas com referência a regularização fundiária.

A procuradora do IDEFLOR-Bio, Diana Souza, esclareceu que a criação dessa unidade de conservação não suspende os processos de regularização em trâmite e nem obsta o início de novos processos, ao contrário, um dos objetivos da criação da unidade de conservação é justamente o ordenamento na região.

Em seguida, a Presidente do IDEFLOR-Bio solicitou que os participantes com questionamentos se inscrevessem para fazer as perguntas na ordem da inscrição.

- **Continuação da apresentação dos estudos técnicos:** em seguida, Crisomar Lobato deu continuidade a apresentação dos estudos, dizendo que

a Gleba São Benedito tem 336.800 hectares, área arrecadada e matriculada no ITERPA como terras públicas estaduais, dos quais 72,3% dessas terras estão no município de Jacareacanga e 27,8% no município de Novo Progresso. E que a proposta do IDEFLOR-Bio é criar um Refúgio de Vida Silvestre nos rios São Benedito e Azul, com 40.325,95 hectares, equivalentes a 12% da Gleba. Ressaltando que todas as propriedades privadas presentes nessa área, serão respeitadas e regularizadas de acordo com a legislação ambiental em vigor. Os 296.474,05 hectares restantes (88%) da Gleba São Benedito, serão destinados para consolidação de atividades produtivas tradicionais, de acordo com a legislação em vigor. Em seguida, foram apresentados os benefícios da criação da unidade de conservação para os 12%. Foi lembrado ainda que, de acordo com as leis do Zoneamento Ecológico Econômico de 2005 e do Zoneamento do Oeste de 2009, a destinação técnica de toda a área da Gleba seria para criação de UC.

A procuradora Ivana Costa entrevistou para registrar que, em alguns Planos de Gestão utilizados como referência para esse tipo UC, já são registrados atividades de agropecuária, cultivo de grãos e questões envolvendo áreas consolidadas. E que essas atividades serão regulamentadas e respeitadas no Plano de Gestão da UC da Gleba São Benedito.

O diretor Crisomar Lobato afirmou que os planos de manejo florestal que estão nos 88% ou nos 12%, em andamento e licenciados pela SEMAS ou em processo de licitação, serão mantidos. Que o IDEFLOR-Bio contribuirá para a liberação de futuros planos de manejo florestais nos 88%, mas que nos 12% correspondentes a área da UC, serão respeitados apenas os planos de manejo já em andamento.

A Presidente Karla Bengtson ressaltou que com a criação de unidades de conservação, a prioridade dos recursos oriundos de compensação ambiental, são para a regularização fundiária, como previsto no SNUC. E que a Gleba São Benedito, com referência a regularização fundiária, está incluída no eixo Regulariza Pará.

Após as contribuições, o diretor Crisomar Lobato esclarece que o governo do Pará recebe recursos financeiros de empreendimentos causadores de grande impacto ambiental, como por exemplo a UHE Belo Monte. O acesso ao fundo de compensação ambiental está diretamente ligado às ações propostas pelos órgãos do SISEMA e o IDEFLOR-Bio é o depositário, responsável por gerir este fundo, de acordo com a lei estadual. Ele continua informando que a legislação brasileira está cheia de minúcias que precisam ser esclarecidas, como por exemplo a transição entre os biomas Amazônia e Cerrado, que é o local onde se encontra justamente a gleba São Benedito. Ele se refere à questão sobre o tamanho da reserva legal estabelecida no código florestal, e indaga se os presentes sabem se é 50 ou 80%. Ele menciona políticas ambientais importantes que precisam ser desenvolvidas na região e cita o mercado de carbono, o ICMS verde e ecológico, em parceria com o poder público. O desenvolvimento da região, segundo ele, é prioridade para o estado e o governo irá trabalhar para que os 88% da gleba não façam parte da UC, sigam sua vocação produtiva sempre respeitando a legislação ambiental em vigor no Brasil. Ele continua, e cita que a geração de emprego e

renda com o ecoturismo ao longo de toda a extensão dos rios São Benedito e Azul.

- **Conclusão:** o senhor Crisomar Lobato conclui agradecendo as pousadas das margens dos rios São Benedito e Azul; aos empreendimentos; à Escola Getúlio Vargas “B” - construída com recurso da compensação ambiental da Hidrelétrica de São Manoel, às entidades públicas de Jacareacanga, Novo Progresso e em especial a população da Gleba São Benedito. Ele estende seus cumprimentos e agradece aos municípios do estado do Mato Grosso que estão no entorno: Paranaíta, Alta Floresta, Apiacás, e demais. Ele esclarece que a Gleba São Benedito é paraense, mas há necessidade de se trabalhar em conjunto, mesmo após a decisão judicial favorável ao Pará, depois de dezesseis anos de disputa. Ele finaliza oferecendo solidariedade e apoio à população da Gleba como um todo. Ele agradece e abre o espaço de fala para os participantes inscritos se manifestarem.

#### **6.1.4. Intervenções, questionamentos e esclarecimentos**

As dúvidas e questionamentos foram de forma orais. Abaixo segue as falas dos momentos de debate referente às intervenções, questionamentos, contribuições e esclarecimentos.

**Sra. Joseane Kayabi (liderança Terra Indígena Kayabi)**, a Sra. Josiane, deu bom dia a todos, e se apresentou como pertencente à etnia Kayabi, e moradora da Vila São Benedito, à margem do rio São Benedito. Afirmou estar representando todos os indígenas da margem do rio São Benedito e Teles Pires. Pontuou que o Governo, a União, usam o nome dos povos indígenas, principalmente dizendo que a terra é do índio, mas é só o nome. Reclamou que dentro das áreas preservadas não tem direito a trabalhar, nem derrubar uma árvore. Afirmou que existem vários indígenas, que como eles, são ignorados. Afirmou, ainda, que vivem da caça, da pesca, da agricultura, e portanto, indaga, como ficaria a unidade de conservação na margem do rio São Benedito até o rio Azul, já que a terra indígena vai até perto da pousada São Benedito. Questionou se os indígenas não irão mais poder pescar no rio São Benedito, caçar na mata ou derrubar árvores para fazer uma casa. Afirmou que os indígenas, como todo homem branco, querem autonomia para trabalhar. E que não aceita a unidade de conservação. Reclamou que já foram muito enganados pelo governo, ao exemplo da implantação das usinas. Relatou que houve uma consulta pública para a implantação das Usinas São Manoel e Teles Pires, onde afirmaram que as mesmas trariam benefícios aos indígenas, que os mesmos seriam indenizados pelos lugares sagrados. No entanto, até hoje não receberam nada, além do prejuízo de matar muitos peixes. Finaliza dizendo que não aceitam a unidade de conservação.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, respondeu ao questionamento da Sra. Josiane informando que o limite do Refúgio de Vida Silvestre limita e confronta com a terra indígena Kayabi, sem qualquer sobreposição. Informou, ainda, que a todos os indígenas estaria garantido o acesso ao rio e a agricultura familiar.

**Sra. Karla L. Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, entrevistou dizendo que todas as proposições foram feitas embasadas em estudos e que as situações que possam

gerar fragilidade devem estar previstas em decreto. Inclusive as garantias que envolvem o agronegócio e os povos que estão no entorno da área a ser considerada. E que, como disse o Diretor Crisomar Lobato, os gargalos serão considerados em nível de decreto, e ainda, no Plano de Manejo da Unidade de Conservação. Em seguida, colocou que considera e reconhece as questões levantadas pela Sra. Josiane em relação aos Kayabi. E, ainda, informou que no IDEFLOR-Bio existem trabalhos efetivos com muitos povos indígenas. Relatou os trabalhos realizados com artesanato indígena, com os povos da Calha Norte e Tembé, incluindo capacitações, implantação de viveiros de mudas, para que os indígenas possam produzir. Ressaltou que existem boas práticas desenvolvidas com IDEFLOR-Bio e os povos indígenas dentro do estado do Pará. Informou que algumas feiras internacionais foram suspensas em decorrência do enfrentamento da pandemia de COVID-19, mas que desde 2019 tem se criado um espaço para o reconhecimento e a valorização de toda a cultura indígena pelo estado. Finalizou reconhecendo que essa realidade precisa chegar a Gleba São Benedito, inclusive garantindo os recursos para essas atividades, por meio de Fundo de Compensação Ambiental e também por meio do Fundo de Florestas. E, por fim, convidou os presentes a conhecer os trabalhos do IDEFLOR-Bio com diversos povos indígenas.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, complementou dizendo que reconhece que os indígenas Kayabi, que estão ao longo do rio, têm direito à pesca familiar. E que essa informação será incluída na lei, desde que seja acordada.

**Sra. Ivana Melo (Procuradora / IDEFLOR-Bio)**, se manifestou, em relação às colocações da Sra. Josiane, parabenizando e dizendo que compreende as dificuldades por ela levantadas e que se considera uma grande entusiasta da questão indígena, para a qual dedica estudo e reconhece as dificuldades enfrentadas. Em relação especificamente a pergunta de Josiane, informou que em conversas anteriores com o Diretor Crisomar Lobato e a Presidente Karla Bengtson sobre a Convenção OIT nº 169, se chegou à conclusão que os Kayabi seriam diretamente afetados. E que a sugestão é que fique expresso no ato normativo, que por ventura venha a criar a Unidade de Conservação, o resguardo aos direitos dos indígenas. Mais especificamente, o trânsito pelo rio, a pesca e a caça como meios de subsistência desse povo. E, além disso, que sejam desenvolvidas com os Kayabi, as práticas que o IDEFLOR-Bio realiza, como já mencionado pela Presidente Karla Bengtson. Informou, ainda, que esses processos devem ser trabalhados no Plano de Manejo, que deverá ser elaborado com a colaboração dos indígenas. Finalizou dizendo que não há meios de se criar uma UC sem diálogo, e que de nenhuma forma, se tem a intenção de restringir os direitos da população indígena, a qual o IDEFLOR-Bio respeita e sabe das dificuldades.

**Sra. Josiane Kayabi**, voltou a se manifestar, explicando que em relação aos indígenas terem autonomia, não se referia a continuar vivendo como os antigos, da caça e da pesca, mas de trabalho como dos senhores, que são agricultores, por exemplo. Perguntou por que o Governo demarcou mais de 1 milhão de hectares como terra indígena, mas não se tem o direito de usufruir da mesma. Perguntou se o Governo vai sustentar a ela e a comunidade. E finalizou dizendo que para não depender de benefícios do Governo, que ela quer trabalhar.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, respondeu a Sra. Josiane, dizendo que existe um estatuto que protege os direitos dos indígenas nacionalmente.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, reafirmou que se está em um processo democrático, de forma que a todos é garantido o direito à voz. Pediu calma e respeito às pessoas que se inscreveram para se manifestar e fazer perguntas. E pediu respeito e que todos lembrem que tudo o que foi apresentado se baseou em estudos, levantamentos e baseado na legislação que já prevê uma proteção a região. No entanto, ressaltou que a resolução prevê proteção, mas não versa sobre a garantia da regularização fundiária, não favorece a governança para essa área que carece de tantos benefícios, como acesso por exemplo. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Edinei Glaudis.

**Sr. Edinei Glaudis** deu bom dia a todos, e disse que faria algumas perguntas que poderiam ser respondidas depois. Se referindo aos mais de mil imóveis da Gleba que estão aguardando a regularização fundiária, que boa parte é área aberta já consolidada com desmatamento anterior a 2008, fez as seguintes perguntas: 1) Se os imóveis que estão na área pleiteada, que sofrerá a regularização, seria feita em favor do proprietário?, pois, afirmou ainda, que existem outras propriedades que estão com suas florestas intactas, aguardando a regularização para fazer manejo florestal sustentável, além daqueles aprovados para iniciar no ano de 2022 e outros aguardando para dar entrada. 2) a segunda pergunta foi sobre caso a UC seja implantada, se poderão ser feitos projetos de manejo florestal sustentável na área?, argumentou que se utilizarem uma margem de 2 Km a partir do rio Azul e São Benedito, devem atentar para a sobreposição com áreas abertas já consolidadas, inclusive, segundo ele, áreas destinadas à pecuária, agricultura, e, ainda, que estão com processos de CAR e licenciamento junto a SEMAS, na qual a maioria delimitada como Reserva Legal. Argumentou, ainda, que essas várias propriedades quando tentam se regularizar, dar entrada no processo na SEMAS, é solicitado que o proprietário faça o PRA, para compensar a Reserva Legal, e alegou que essa informação ainda está vaga. E finalizou dizendo que foi observado que os presentes são maciçamente contra a criação da UC. 3) E pergunta quais seriam os próximos trâmites do IDEFLOR-Bio?.

**Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, explicou que já foi retirado 88% da área da proposta da Área de Proteção Ambiental. De forma que a área dentro dos 40 mil ha, que seja florestada, servirá para a reserva legal. Dessa forma se garante o que está previsto em lei.

**Dra. Ivana (Procuradora / IDEFLOR-Bio)**, lembrou que o segundo questionamento foi em relação ao manejo florestal, que já foi aprovado. A Procuradora deixou claro que não se pretende fazer uma drástica ruptura, que a ideia é a manutenção de algumas regras que já existem na unidade de conservação existente.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, entrevistado esclarecendo que a priori o percentual que vai ficar dentro dos 12% (40 mil hectares) serão garantidos, usados como reserva legal. No entanto, as áreas que tem manejo florestal, se pretende lutar para garantir isso. Explicou ainda que,

enquanto toda a área da Gleba estiver destinada à Unidade de Conservação de Uso Sustentável, nada será aprovado na SEMAS. De forma, que é necessário que se publique um novo decreto para que o anterior, de 2009, seja revogado. Explicou ainda que, enquanto estiver valendo o decreto de 2009, a Gleba inteira vai enfrentar desafios para a sua regularização fundiária junto a SEMAS. É importante lembrar que a Gleba inteira está no decreto de 2009, destinada à Unidade de Conservação de Uso Sustentável. E referente ao questionamento dos 12%, mencionado pelo Diretor, e qual seria o procedimento sobre as áreas na beira do rio que, que estariam sendo exploradas, o senhor Crisomar respondeu que até o ano de 2008, as propriedades irão ser mantidas como consolidadas, de acordo com os levantamentos do IDEFLOR-Bio. Ele continua, e informa que após 2008, e está no código florestal, as áreas consolidadas que foram desmatadas acima dos 80% precisam ser recompostas. Ele estima que existe, dentro da área proposta para a reserva, cerca de 10-12% de área consolidada. Ele afirma que estas áreas irão ser mantidas como estão, dentro da UC proposta. Ele garante que as mesmas poderão coexistir dentro dos limites da UC, mas não poderão ser ampliadas. Há necessidade, ele completa, de resolver o impasse com a SEMAS do Pará. Pois, segundo ele, a Gleba inteira está indicada como Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Ele complementa que há uma minuta de decreto sendo articulada com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), que então a mandará para o Governador do Pará. Ele indica que os proprietários devem compreender que o impasse com a SEMAS existe, e não há como prosseguir legalmente na área sem a superação desse imbróglio e isso não é ameaça ou pedágio. Ele afirma que há preocupação do estado do Pará com o segmento rural e os empreendimentos do ecoturismo. Ele finaliza dizendo que todos serão atendidos.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, entrevistou pedindo que se busque um consenso. Lembrou a todos que a Gleba inteira, de acordo com o zoneamento e o macrozoneamento, estaria na sua totalidade destinada a Unidade de Conservação. No entanto, a partir do estudo realizado pelo IDEFLOR-Bio, se reconheceu que não seria possível. É necessário, ainda, reconhecer que a Reserva de Pesca tem resguardado os rios e a biodiversidade. Dessa forma, a proposta apresentada seria criar uma unidade de conservação que continue resguardando os rios, dando condições para as propriedades que já estão dentro, se manterem. Garantindo isenção de impostos e os recursos de compensação ambiental para a região. Esta categoria de unidade permite que o conselho gestor elabore o regramento que irá constar no Plano de Manejo da Unidade de Conservação.

**Sr. Rusdaell Barbosa**, que se apresentou como vereador da cidade de Paranaíta-MT, entrevistou fazendo uma pergunta em nome da população de Paranaíta. Perguntou se, em se tratando de uma consulta, onde a maioria respondeu não, se ainda seguiriam com o processo?.

**Sra. Ivana Melo (Procuradora / IDEFLOR-Bio)**, respondeu à intervenção do Sr. Rusdael Barbosa, informando que em relação à pergunta jurídica, onde ele fala em Consulta Pública, o Decreto 4.340/2004, que trata da criação de Unidade de Conservação, diz que a consulta pública precisa ser feita. O objetivo da consulta é fornecer subsídios a respeito da localização, dimensão, que a Unidade deve ter. Como o Sr. Crisomar Lobato falou que havia uma proposta, que pode ser discutida, diminuída, por exemplo. Além disso, o papel é apresentar à população, numa

linguagem adequada, a finalidade jurídica da Consulta, além das implicações da Unidade de Conservação, bem como seus benefícios. Portanto, a ideia do IDEFLOR-Bio, enquanto órgão que faz a criação e a gestão das unidades de conservação do Estado do Pará, é realizar a consulta pública, que, além de ser uma obrigatoriedade por lei para a criação de qualquer unidade de conservação, é um momento democrático de construção.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, reiterou que a Gleba, como um todo, de acordo com a Lei do Macrozoneamento, tem um encaminhamento para unidade de conservação. No entanto, a partir dos estudos, percebemos que não seria possível. O que se pretende, portanto, é garantir os benefícios que uma unidade de conservação pode trazer numa área menor e garantir o restante para que os produtores continuem usufruindo. A partir da criação da UC, se estabelece o conselho gestor da unidade de conservação e os gargalos serão pontuados, no caminho da gestão da unidade. No entanto, alguns desses gargalos já podem ser revertidos no decreto de criação. Foi entendido nesta consulta, como os presentes pontuaram, que a Gleba inteira não pode ser uma unidade de conservação. Reconheceu que como um ponto levantado pelos presentes e acatado como consenso. Reiterou, que no entanto existe um ponto que precisa ser conciliado, de forma a resguardar o que hoje já está previsto em resolução. Desta forma, a proposta é que se diminua de 60 mil para 40 mil hectares a área da UC. Esclareceu ainda que os direitos à propriedade privada são garantidos por lei, e isso não seria mudado.

**Foi passada a palavra ao Sr. Euthiciano (Jacareacanga-PA)**, o Sr. Euthiciano iniciou cumprimentando a presidente e dando boa tarde a todos. Ele se direcionou a Sra Karla Bengtson, Presidente do IDEFLOR-Bio, para tratar sobre a acessibilidade e os repasses ao município. Trouxe a informação que o município de Jacareacanga iria perder o ICMS verde no ano de 2022, fato que vem ocorrendo há cerca de cinco anos e pediu explicações. Em seguida, perguntou sobre a estrada, para a qual teriam propostas da atual gestão de criação da estrada que liga Jacareacanga a Gleba São Benedito. E colocou que com a possibilidade da criação da UC, isto seria dificultado e ainda, que os custos com a UC poderiam ser direcionados à construção da estrada. Por fim, perguntou o por quê de não se trabalhar com a hipótese de desistência do projeto?.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)** respondeu ao Dr. Euthiciano, dizendo que a partir dos estudos foi constatada a relevância ecológica, com a presença de espécies ameaçadas de extinção, portanto seria de grande responsabilidade a desistência desse projeto. O IDEFLOR-Bio, tecnicamente, tem um compromisso com a população do estado do Pará, de forma que o objetivo desta consulta é buscar realizar um processo conciliador. Onde, segundo a presidente, tecnicamente, abrir mão de toda essa riqueza, que inclusive várias estão em risco de extinção, é muito sério. Entende-se que o caminho pode ser árduo, porém necessário para se buscar o consenso de que será vantajoso para todos. Em relação ao ICMS, foi sugerido os diálogos com a Prefeitura de Jacareacanga e de Novo Progresso sobre o assunto. Em relação ao recurso de compensação ambiental, a partir do momento da criação de uma UC, basta que o município apresente os seus projetos para que sejam avaliados. Informou, ainda, que o IDEFLOR-Bio poderá colaborar nessa construção para acessar tais recursos.



Lembrou apenas que esses recursos têm um regramento para ser acessado e que a prioridade é a regularização fundiária, que é um problema recorrente no país, mas que precisa receber atenção. E finalizou passando a palavra ao Sr. Paulo Rogério.

**Sr. Paulo Rogério (advogado)** iniciou dando boa tarde a todos, e se apresentou como advogado representando uma empresa agropecuária, há cerca de 30 km do local da Consulta Pública, que inclusive já estava gerando renda. Informou que a empresa agropecuária vai gerar 120 empregos diretos, no prazo de seis meses. Se referiu a uma entrevista na qual a Presidente Karla Bengtson disse que os produtores não seriam prejudicados, e disse que não estaria para questionar, mas para fazer um desabafo, em nome dos que talvez não puderam estar presentes. Alegou que ele é advogado e foi remunerado para participar, representando uma empresa agropecuária instalada no município de Jacareacanga, na divisa com Paranaíba. No entanto, lembrou daqueles para os quais o ITERPA não retorna sobre o processo de regularização, se referindo àqueles que não tem um defensor público para defendê-los. Por fim, fez questionamentos a respeito do número de famílias que vivem na Gleba, alegando que o estudo demonstrava um número diferente daquele registrado pelo ITERPA. E ainda, que a Consulta fala sobre regularização fundiária, mas que o ITERPA não está presente. Questionou a presença da FUNAI para fazer valer o interesse dos indígenas, que serão afetados. Questionou, ainda, o período de realização do estudo, que foi informado ter iniciado em dezembro, mas o convite apenas foi feito no mês passado. E ainda, em relação à abrangência do estudo, que ele questiona só ter sido nas Pousadas e não nas fazendas, ouvindo do peão ao patrão para saber a opinião destes. Alegou, que o Governo do Pará está cometendo um erro, porque se nada for feito, a Gleba irá se transformar numa cidade como Sinope, Sorriso, Lucas do Rio Verde de produção de grãos. E, por fim, sugeriu aos colegas advogados, prefeitos, quem tem mais trato no meio político talvez, que informem a bancada da Assembleia Legislativa do Pará sobre o que está havendo. E finalizou votando não para a unidade.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, respondeu dizendo que, considerando que o Dr. Paulo Rogério representa todo um seguimento, fez uma pergunta a ele. Dentro da dimensão da proposta que a gente traz, quando a Gleba, seria toda, e a gente já compreendeu que é uma luta, uma conquista dessa luta, de tirar a gleba toda e trazer na perspectiva só ao entorno do rio. Quais, dentro dessa identificação de vocês, a grande dificuldade da gente conciliar em tirar o que tá hoje numa resolução que é até 60 mil, buscando a criação de uma unidade reduzindo para 40? E tentando colocar como parâmetro, amarrar as lacunas dentro de um decreto bem como parametrizar toda a normativa no Conselho Gestor, qual a dificuldade em conciliar essas duas coisas?

**Sr. Paulo Rogério (advogado)** considerou a pergunta muito oportuna e disse que cada produtor já tem um decreto, que seria o CAR declarado. E que se eles estão protegendo a sua reserva legal, são responsáveis por ela, sob pena de responder por crime. E repetiu: que se “o simulacro de estudo” apresentado fosse para a mão do Governador, a equipe do IDEFLOR-Bio iria conduzi-lo ao erro. Que era para ter certeza, que talvez o Governador poderia não estão ciente do que estava acontecendo, mas que iria chegar contraprovas à sua mão porque haviam técnicos habilitados na área de engenharia e outros mais, para mostrar, mas que considerava inglório ter que colocar cidadãos que já trabalham tanto pra ter que fazer um

levantamento e mostrar que os estudos apresentados pelo IDEFLOR-Bio não correspondem à realidade.

**Sra. Ana Carolina Neves (representante de produtor rural)**, a senhora Ana Carolina iniciou a sua fala dando bom dia a todos e perguntando se estava tudo bem. Em seguida disse que a sua dúvida era de cunho operacional e questionou: Quantas unidades de conservação faziam parte do Estado do Pará? Quais já estariam implantadas e que possuíam um plano de manejo e conselho gestor? A outra situação colocada foi: quando da criação por resolução dessa unidade que já existe, contemplou a criação do conselho gestor e a formação de um plano de manejo? Quais eram as garantias que seriam dadas a partir dessa criação? Se já existe o local para essa reserva sair e para fazer o plano de manejo? Outra situação colocada foi de que as garantias apresentadas com a criação da UC, como incentivos fiscais e tudo, só dependiam de lei. Que a lei permitiria que o produtor que se interessar em preservar mais, seja beneficiado. E que não precisaria ter criação de UC para que o governo fizesse esse tipo de lei. Por fim, questionou: Se do ponto de vista do dispêndio para se atingir um objetivo, a criação de uma unidade de conservação, onde já existe uma unidade, onde foi prevista a criação de conselho gestor e a realização do plano de manejo, não era onerosa demais para o Estado? E finalizou sua fala dizendo que sentia muito, mas que democracia é a vontade da maioria.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente IDEFLOR-Bio)**, iniciou sua resposta agradecendo a doutora Ana. Em seguida prosseguiu, informando que o estado do Pará tem 26 unidades de conservação e que todas tem seu conselho gestor. Ponderou que algumas estão em processo de atualização, até porque como um processo democrático, é previsto a cada dois anos essa atualização. Quanto ao plano de manejo, disse que 75% estão com seus planos de manejo e que alguns passam por atualizações. A presidente também relatou que no momento, seis planos estão sendo elaborados para as unidades que ainda não tem. E que estão trabalhando dentro de uma nova metodologia até porque o plano de manejo, na verdade é o plano de gestão que acaba sendo confundido com o plano de manejo a nível das propriedades. Foi citado ainda que o IDEFLOR-Bio estará entregando ainda em setembro, três planos de manejos que compreendem o Mosaico do Lago de Tucuruí, que engloba sete municípios. E que por meio de recurso de compensação ambiental, foi possível propiciar a implementação de sete postos de monitoramento do pescado nesses municípios, que compõem o Mosaico, para efetivar o sistema de monitoramento do pescado. Como exemplo, foi dito que para se conseguir dois quilos de peixe no Mosaico, eram preciso doze espécimes de Curimatá e que após a implantação desse trabalho foi possível mudar esse cenário, com registro de um curimatá de dois quilos. E que com esse sistema, o pescador dessa unidade pode comprovar sua produtividade, e que tudo isso era fruto do plano de manejo, o plano de gestão da unidade. Por fim, a presidente agradeceu.

**Sra. Ana Carolina Neves (representante de produtor rural)**, a senhora Ana interveio, pedindo que a presidente respondesse a sua última pergunta.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente IDEFLOR-Bio)** respondeu dizendo que com base no processo judicializado, o IDEFLOR-Bio estava fazendo os estudos para ver em que patamar avançar. Ressaltando que mesmo a Reserva de Pesca Estadual

tendo conselho e as implementações necessárias, o fato de não ser uma UC dificulta o acesso aos recursos de compensação e que isso seria uma perda a exemplo do que já foi conseguido em outras unidades, via recurso de compensação ambiental. Mencionou ainda, que o regramento da UC é previsto com o conselho gestor, e que seria possível avançar na proposta apresentada, já amarrando algumas concepções ao nível de criação da UC, que seria um caminho mais viável e mais seguro.

**Sr. Valter Stavarengo (advogado)**, o senhor Stavarengo inicia sua fala dando “bom dia a todos” e cumprimentando todos os presentes. Em seguida se apresenta, dizendo ser advogado atuante em Alta Floresta e que mora na região há quase 40 anos. Ele se reporta, em seguida, a pouca idade aparente das procurados autárquicas do IDEFLOR-Bio. Ele diz que quando chegou na região de Alta Floresta, havia pouco ou nenhum desenvolvimento na região. Ele continua e informa aos presentes que a região da Gleba São Benedito, a qual chama de “*região após o rio Teles Pires*”, sempre sofreu com imposições. Nesse momento, ele se refere a uma situação de impedimento, a qual a então prefeita de Alta Floresta sofreu, do seu departamento jurídico, após ceder maquinário e mão-de-obra para fazer melhorias nas estradas da Gleba São Benedito. Ele continua e informa que “praticamente todos que estão aqui são filhos daqueles municípios, Paranaíta e Alta Floresta e oriundos do sul do país”. Ele informa que, em um primeiro momento, houve a exploração da área da gleba para a criação de pastagem para gado bovino e em seguida, até os dias de hoje, está ocorrendo a transição para o plantio de soja e outros grãos. Ele continua, e diz que já existem outras “reservas” e terras indígenas na região. Interpõe e diz que também atua no Pará, com clientes próximo a BR 163 e ressalta que é especialista em direito ambiental. Ele menciona a criação de Florestas Nacionais ao longo da BR 163 e que dificultam a concessão de licenças ambientais para planos de manejo. Ele diz que as imposições são grandes por conta destas “reservas” e cita a cassação do licenciamento da ferrovia Ferrogrão pelo Ministro Alexandre de Moraes, do STF. Após esta introdução, ele retoma sua fala para as perguntas: “com relação às áreas que estão abertas, eu acho até o Crisomar pode responder melhor. O controle da área consolidada, a pessoa tem lá uma área aberta dentro da unidade de conservação e o que o senhor já falou que vai ser consolidado, ok, que vai manter, mas e aí? O que que ele pode fazer lá? Isso que é uma área de amortecimento, tá?”. Ele cita preocupação com as áreas de amortecimento na região e reforça que poderá ocorrer impedimento para a agricultura, pois inclusive cita que a UC proposta é de proteção integral, e a agricultura na região usa pesticidas. Ele indaga se será permitido esse uso nas áreas próximas e consolidadas mesmo após a aprovação de um possível plano de manejo para a futura UC. Ele indaga se o objetivo é a regularização fundiária, por que não estão outros órgãos do governo na consulta pública, como o ITERPA, a casa civil ou representante da Assembléia Legislativa, por exemplo? Ele informa que, do seu ponto de vista, toda a população presente não concorda com a criação de uma unidade de conservação na gleba. Ele diz que há incertezas quanto à operacionalização de alguns empreendimentos, como pousadas ou produtores rurais nesta área. Ele complementa indagando: “*A pousada vai continuar lá? Ele vai poder continuar atuando? Quais são os limites disso? Onde que tá escrito esses limites? [...] poderão ser implantadas novas pousadas? Ou vão ficar limitadas às três, que ficou na sugestão do projeto que foi feito do estudo socioambiental, socioeconômico que foi apresentado?*”. Ele continua e diz que se sentiu prejudicado,

pois soube há poucos dias que uma consulta pública ocorreria na gleba. Ele reforça que houve convite para participação virtual, mas não há internet para os usuários. Além disso, ele diz que a falta de comunicação com seus clientes atrapalha o seu trabalho. Ele ressalta que uma nova consulta pública deve ser realizada nos municípios de Paranaíta e Alta Floresta. Ela ressalta que recebeu com antecedência a comunicação da consulta, mas que só teve acesso no site do IDEFLOR-Bio a dois documentos, no caso os estudos, e que precisava de mais tempo para se informar para discutir o assunto com mais clareza. Em seguida ele pergunta: “*qual o benefício real que o produtor, proprietário do imóvel, que parte vai ficar dentro da unidade de conservação, qual o benefício real que ele vai ter em relação, ele, pessoa, ele proprietário? [...]*”. Ou seja, ele pergunta se o proprietário poderá fazer plano de manejo em sua reserva legal e se não puder, se ele será indenizado?. Ele continua e diz que existe um boato de que um grupo de pessoas comprou uma boa parte do que será transformado em reserva na região, e quer saber se há alguma relação com processos indenizatórios. Ele confronta e diz que não é o IDEFLOR-Bio e seus representantes que estão ali, mas sim o estado do Pará e quer saber se há algum interesse escuso por trás da criação dessa UC. Ele complementa dizendo que sugere que seja aberto um espaço no site do IDEFLOR-Bio para que todos os documentos estejam disponíveis para consulta, pois não teve tempo hábil ou não encontrou o material que desejava para se informar. Ele diz que o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará engessou essa região da gleba, juntamente com a criação de terras indígenas e outras áreas protegidas até o Araguaia, para frear a exploração da região. Ele diz: “*agora vão botar mais uma cerca, parece que um portão meio aberto, vamos colocar mais uma, essa unidade de conservação. Parte é a unidade de conservação, no entorno do rio Azul e São Benedito, do lado de uma reserva de dois milhões de hectares chamada EMFA. Qual seria mesmo a função primordial da proteção da biodiversidade e tal dessa reserva em si?*” Ele finaliza dizendo que, apesar de não ser proprietário, a UC será bem vinda se colocada no lugar certo, discutida e em concordância com todos. Ele espera ter acesso a documentação e ressalta que espera que tudo que ele expôs seja acatado.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, explica que o IDEFLOR-Bio está ali para desengessar a questão e discutir a proposta inicial. A ideia é que seja esclarecido a todos a questão legal e o direcionamento da área para uso sustentável no zoneamento. Ele esclarece que se essa questão não for resolvida, a maioria dos proprietários da gleba terá problemas de licenciamento na SEMAS. Todos têm direito à sua propriedade e muitos não querem uma UC na região, mas algumas querem, as empresas que trabalham com o ecoturismo, por exemplo, e elas também têm o direito de opinar.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, começa sua fala dizendo que o respeito precisa ser mantido. Ela se dirige, neste momento, a um senhor da platéia, e exige respeito, pois é uma servidora pública do estado do Pará há 30 anos e tem o maior respeito pelo trabalho que conduz em sua carreira. Ela considera que as atenções devem ser voltadas para a pauta de esclarecimentos de dúvidas e colocações pertinentes, e se existem pousadas e hotéis na região, eles também são dignos pois dão acesso àquela área. Ela pontua: *o IDEFLOR-Bio tem a competência, não só da gestão das unidades de conservação do estado do Pará dentro da sua missão institucional, ele tem a competência de criação. E perpassa*

*por nossa missão institucional fazer todos os levantamentos, fazer esse diálogo, fazer consulta pública e cumprir todas as etapas inerentes ao processo. E nós queremos fazer isso de forma respeitosa, não é de outra forma não.*” Ela reforça que nesse momento a presença do IDEFLOR-Bio, como etapa importante do processo, é inquestionável e imprescindível. Ela menciona que muitos órgãos podem não ter vindo pois estão nos preparativos para o evento ‘Forúm Mundial de Bioeconomia’ que o Estado do Pará irá sediar, ela informa que o site do IDEFLOR-Bio irá conter todas as informações pertinentes no momento apropriado e no momento a apresentação dos estudos seria o primeiro passo. Ela reforça, ainda, que antes de divulgar as próximas etapas há necessidade de consultar as partes diretamente afetadas para consolidar a proposta final. Ela volta a mencionar as leis do macrozoneamento e do zoneamento do oeste do Pará, assim como a resolução COEMA nº 19, que cria a reserva de pesca na Gleba São Benedito e que existe a necessidade de se restabelecer o diálogo para conciliar o ordenamento na região. Pois, segundo ela, a gleba possui várias vocações e ordenar a região após 16 anos de litígio com Mato Grosso, não é uma missão das mais fáceis. Ela ressalta que a intenção não é atropelar tudo o que já foi conquistado na região, mas sim ouvir, de maneira respeitosa, para avançar. Ela retoma o raciocínio com a argumentação de que é preciso legalizar a região para desenvolver, com respaldo de relevância ambiental e ecológica, boa parte da gleba de maneira sustentável e deixar apenas uma parte, que está vulnerável, coberta pelo ordenamento de uma UC. A questão da destinação da gleba no macrozoneamento deve, continua ela, ser contestada de maneira robusta, pois “*nulidade total é frágil demais*”. A intenção, diz ela, não é empurrar “*goela abaixo*”, mas sim ouvir e conversar para dar os encaminhamentos necessários.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, complementa que para resolver o impasse mencionado pela presidente Karla, é necessário outros caminhos do que não fazer absolutamente nada. Pode-se revogar várias frentes, através do STF ou da ALEPA, no entanto, ele esclarece que ninguém é obrigado a ter sua propriedade dentro da UC proposta e haverá uma ampla discussão sobre a zona de amortecimento. O impasse continuará enquanto houver pedido de licenciamento nos órgãos do estado, pois há a lei do macrozoneamento que destina a área da gleba para uso sustentável. Se há o pedido para uso em uma área restrita, como é o caso da gleba, poucos planos de manejo serão aprovados e o produtor regularizado, complementa ele. Ele reforça que segundo a legislação federal, a proteção aos mananciais e APPs é indiscutível. Então, ele finaliza, quem não quiser ter sua propriedade dentro da UC proposta, mande um comunicado oficial para que saia do projeto. Mas claro, sempre haverá que ter o respeito à legislação em vigor, a constituição federal, a constituição estadual e o direito à propriedade privada.

**Sr. Valter Stavarengo (advogado)**, pede a palavra para dizer que o estado do Pará foi omissivo durante 16 anos, pois nunca foi proibido de atuar na região. Então, ele diz que é o momento propício de cobrar os gestores. Finaliza e agradece.

**Sr. Marconi Petrolino de Lima (vice-prefeito de Novo Progresso)** é o próximo a falar e inicia dando “*boa tarde a todos*”. Ele menciona a questão do imbróglio judicial acerca da FLONA do Jamanxim em seu município junto ao STF e a luta do município para manter áreas produtivas. Ele ressalta que o projeto preliminar foi

discutido com a gestão atual de sua prefeitura e apesar do pedido de extinção da proposta por parte do município, houve uma redução considerável. Ele deixa claro que o município de Novo Progresso não é contra o ecoturismo e a biodiversidade, mas não estão à favor de que áreas antropizadas entrem na UC proposta. Segundo ele, os proprietários da gleba dedicaram uma vida ao seu patrimônio e precisam ter certeza de que sua vontade será respeitada, pois há dúvidas do que vai ocorrer se houver uma UC sobrepondo com sua propriedade. Ele precisa saber, dentro da legalidade, o que será feito com a área que estiver sobreposta, o proprietário será indenizado, poderá usar como reserva legal, pode ter parte de sua propriedade extraída da proposta? As áreas consolidadas podem ficar de fora da proposta? Ele continua e interpela sobre o projeto de estrada saindo da gleba para Jacareacanga, diz não ser contrário, mas apela que os outros proprietários da gleba possam ter o direito de abrir pousadas nas margens do rio, se assim desejarem. Que se for possível ter, que seja aberta a possibilidade aos proprietários que serão atingidos pelo projeto de criação da UC, complementa ele. Ele finaliza dizendo que o município de Novo Progresso é a favor da proteção ambiental, mas também que os produtores não sejam penalizados diante do projeto do governo do Estado do Pará, pois o povo que está na gleba quer ser parceiro e quer produzir e desenvolver o Brasil. Agradece e passa a palavra.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, agradece a participação do vice-prefeito e diz que os benefícios para quem desejar participar da UC proposta serão incentivos de isenção de impostos, financiamentos no banco público estadual, entre outros.

**Sr. Celso Reis de Oliveira (advogado da Agrodito)** deu boa tarde, disse que ia ser bem breve, que não iria ficar repetindo e que o debate estava bem profundo. Em seguida, fez uma ressalva para o momento, em que considerou que todos estavam refém da situação. Prosseguiu falando das pessoas que estão na Gleba há quarenta anos, as quais lutaram e conquistaram para ser uma potência do agronegócio. Segundo Celso, não é justo chegar nessa reunião e dizer para esse produtor que, ou ele aceita a imposição (criação da UC) ou ele não vai ter o título da terra porque só é dono, quem tem o título. E que, se partirmos dessa premissa não iria se chegar a lugar nenhum. Porque o respeito é uma via de mão dupla. Continuou sua fala, dizendo que se algum dos produtores, fosse favorável à criação dessa UC pretendida, quisesse pleitear um financiamento para viabilizar o seu negócio, ele não iria conseguir. Além disso, questionou onde ficava a dignidade humana, já que essa não é o princípio incondicional tão valioso quanto um princípio da defesa do meio ambiente?, afirmou que havia a hipótese, situação real, de que já existia uma legislação pronta, pré-concebida que era desconhecida por eles e perguntou qual é a regra do jogo?. Em seguida, comparou a trajetória dos produtores a uma jogada de futebol, considerando a criação da UC como uma barreira que surge bem no momento do gol. Então, sugeriu que houvesse um diálogo com o intuito de se construir uma sanção justa e não uma imposição (chegar e dizer que haverá a UC, e que as regras serão decididas posteriormente). Logo após, protocolou um manifesto da AGRODITO e dos abaixo-assinados, consolidando o seu posicionamento contrário a criação da unidade de conservação e frisou que esses interessados esperam do poder público, uma tomada de decisão que reflita a vontade da população e atenda as suas prementes necessidades, em especial a manutenção

de garantias de proteção ao meio ambiente, já conquistadas com a criação da Reserva Estadual de Pesca pela resolução COEMA Nº 019/2006.

**Sr. Cleiton Junior de Oliveira (Secretário de Agricultura de Novo Progresso)**, deu boa tarde para a Presidente e prosseguiu com a repetição da pergunta já realizada pelo prefeito Marconi, sobre a possibilidade de instalação de novas pousadas na área. Outra questão levantada pelo senhor Cleiton, paraense de Novo Progresso, Secretário de Agricultura, produtor rural e engenheiro agrônomo, referiu-se a dificuldade de escoamento da produção da Gleba, perguntando se havia a possibilidade do Pará ligar a Gleba São Benedito a Novo Progresso?.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, iniciou sua resposta dizendo que, quanto à questão da utilização ao entorno da reserva que existe hoje, segundo a própria previsão na Resolução do COEMA, só podem ser três empreendimentos. E que isso está amarrado em nível de resolução. Porém, com a existência de uma unidade de conservação, haveria possibilidade de fazer um estudo de impacto, o qual faria um diagnóstico sobre a capacidade que os rios têm para receber esse tipo de empreendimento. A Presidente mencionou ainda, que o argumento utilizado pelos produtores em manter a Resolução não tem como mudar esse fato, e reforçou que a criação da unidade de conservação permite acesso aos recursos de compensação, acesso a isenção de imposto, estudo de impacto para ver o que realmente se pode fazer. Bem como facilitaria uma negociação, uma contra-argumentação, dizendo que embora na Lei de Macrozoneamento toda área da Gleba esteja prevista para criação de uma UC, isso seria inviável, mas que a preservação dessa área estaria resguardada na área proposta para a criação da UC em questão. Quanto à questão da estrada, a Presidente ratificou que o estudo de meio físico já apresenta a possibilidade desse acesso, e que todas as aspirações, posicionamento e elementos pontuados durante a Consulta Pública serão levados ao Governador do Estado, ponderando que a construção dessa estrada envolve outros segmentos, outros atores, outras secretarias, mas que a importância do acesso da Gleba à BR 163 para o escoamento da sua produção, será apresentada para o Governador do Pará.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, em seguida, explicou que após a criação de uma Unidade de Conservação da Natureza, questões como essa sobre a pesca esportiva serão discutidas no plano de gestão e no regimento interno, que envolve todos os interessados e que por conta disso, alguns questionamentos não podem ser respondidos imediatamente, pois irão depender do consenso dos envolvidos.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, a presidente esclareceu que a partir do momento em que está amarrado dentro da estrutura da modalidade da unidade de conservação, a pesca esportiva é permitida. Porém, se faz necessário estabelecer um regimento para que não haja um descontrole dessa atividade, e que este será estabelecido pelo conselho gestor da UC. Ou seja, a pesca esportiva não será impedida, qualquer cidadão da Gleba terá seu direito garantido para praticar essa modalidade de pesca. No entanto, a fim de que não haja colisões ou problemas futuros, precisa-se ter um regimento para o uso desse recurso. Em seguida, a presidente frisou novamente que para se contrapor toda a situação envolvida, a nível de macrozoneamento e zoneamento, é importante que se tenha uma proposta equilibrada para poder se chegar a um consenso, permitindo que

todos os atores dentro do processo façam uso da gleba. Afirmou que sabe o quanto representa o compromisso e importância do agronegócio, mas que toda riqueza ecológica presente, também, precisa ser respeitada e que o IDEFLOR-Bio está buscando conciliar, no entanto, disse ainda, o que adianta ter todo o agronegócio, se vai ter prejuízo para os recursos hídricos, se as pessoas não vão ter essa acessibilidade, isso contrapõe todo um trabalho que a Gleba como um todo precisa vivenciar. E salientou, que é dentro dessa perspectiva que está a biodiversidade, e se trouxe essa reflexão. E pontuou, que enquanto IDEFLOR-Bio, busca-se bater na mesma tecla e conciliar possibilidades. Em seguida, agradeceu ao vice-prefeito de Novo Progresso, que sensível a situação compreende a necessidade de prover garantias a todos os presentes com as vocações apontadas, mas com o resguardo da pauta ambiental.

**Sr. Adauto Silva (produtor rural da Fazenda Fortuna)**, inicia sua fala dando “*boa tarde a todos*” e diz que representa um grupo de investidores no qual seria um dos mais afetados pelo processo de criação da UC na gleba, pois eles tem um empreendimento regularizado e vastas áreas já consolidadas. Ele continua e diz que a propriedade está regularizada e titulada, porém quando há o pedido de licenciamento ambiental junto à SEMAS, esbarra na questão da destinação da gleba para UC de uso sustentável, de acordo com a lei do zoneamento ecológico-econômico e esbarra também na resolução COEMA nº 19, que cria a reserva de pesca, pois a propriedade já possui áreas consolidadas dentro dos limites de 2 mil metros da reserva de pesca. Então, ele pergunta: “*Essa UC de 2001 foi criada via resolução tá? Aí eu pergunto: então o Estado não teria um prazo para implantar e fazer a gestão dessa UC? Para que ela tenha validade?*”. Ele indaga por que o estado nada fez nesse período e não se fez presente enquanto houve a abertura de propriedades com área produtiva neste intervalo. Ele diz que a transformação da gleba toda em UC de uso sustentável é um estrago e que a gestão da ‘UC’ criada pela resolução COEMA não é de competência do IDEFLOR-Bio, mas sim da SEMAS. Ele indaga: “*qual a ação do IDEFLOR, da senhora representando o IDEFLOR, para que se regularize na base da SEMAS o mais rápido possível essa questão da proposta de unidade de conservação da Gleba?*” Ele diz que esse é o principal ponto de litígio no entendimento, pois há muitas propriedades sendo atingidas em sua área pela proposta de criação da UC pelo IDEFLOR-Bio, simplesmente por que não conseguem licenciar junto à SEMAS. Ele indaga: “*qual seria a ação do IDEFLOR para fazer lá com a SEMAS lá e regularizar a base pra UC?*”. Ele menciona que quem tem área já consolidada vai poder continuar usando 50% da propriedade, do contrário só 20%. Ele diz que terá praticamente metade da sua propriedade sendo atingida pela criação da UC, então pergunta: “*há possibilidade de se traçar os limites da UC observando essas áreas antropizadas e consolidadas?*”. Ele diz que se isso for contornado, a questão da proposta de criação da UC estará pacificada, pelo menos para quem estiver legalizado. Ele continua e pergunta se a resolução COEMA perderá ou não validade com a criação da UC?. Além disso, ele questiona sobre as áreas íntegras de sua propriedade que ficarem dentro da UC proposta, poderão ser usadas como reserva legal? Ele diz que não há como avançar sem a regularização da questão e que os empreendimentos do agronegócio não podem trabalhar se não estiverem legalizados. Ele finaliza dizendo que, hoje para se comercializar o boi para para o frigorífico é exigido licença, assim como a soja.



**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, começa sua fala constatando que a área do sr. Aduino é uma das maiores que ocorrem na gleba São Benedito e área florestada pode ser utilizada como Reserva Legal, a que está fora da UC proposta. Nesse momento, ele se refere à zona de consolidação e diz que ela pode ser retirada da proposta de UC ou que ela pode ser mantida com o CAR, mas não pode ser ampliada. Ele complementa que a área de consolidação seria mantida como está, de acordo com a legislação ambiental em vigor. O que estiver fora da legalidade precisará ser restaurado. Ele reafirma que as áreas consolidadas para atividades produtivas tradicionais, no caso agricultura e pecuária, como estão, vão ter problemas semelhantes na SEMAS pois a maior parte da propriedade está dentro da resolução COEMA, e a SEMAS não vai liberar. Ele confirma que a Resolução tem força de lei, pois é feita pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA). Nesse momento o sr. Aduino interrompe perguntando sobre a regulamentação da resolução, que não foi feita pelo estado do Pará. Aqui o diretor Crisomar Lobato retoma e esclarece que o Mato Grosso entrou na justiça e que todos os projetos tiveram que, obrigatoriamente, parar. Ele explica que não havia a possibilidade de desobedecer a determinação do Supremo Tribunal sobre a área em litígio, retomado agora, depois de dezesseis anos. A intenção, segundo o diretor, é propor uma solução porque de acordo com a legislação ambiental em vigor, precisam ser viabilizados os projetos que estão estagnados ou na ilegalidade. Ele continua dizendo que são 255 km ao longo dos rios que estão sendo propostos como UC, mas há necessidade de resolver 143 km, pois 112 km, incluindo a propriedade do sr. Aduino, já estão destinados. Ele diz que há necessidade de revogar a Resolução COEMA nº 19 de 2001, além disso, ele complementa dizendo que é fundamental que se retire da Gleba toda a destinação para uso sustentável como está no macrozoneamento. Ele reafirma que a proposta inicial de UC (eram 40 mil hectares) será revisada, pois a maioria dos proprietários não querem participar desta proposta de REVIS. Ele finaliza dizendo que, com a tecnologia atual, é fácil pegar um CAR e retirar a propriedade da proposta.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, intercede e reforça a questão da legalidade e a validade da Resolução COEMA nº 19, ela está válida e em vigor. Ela ressalta que para que ela possa ser revogada, há necessidade de levar ao COEMA e fazer uma nova proposta. E o que será apresentado, será a proposta de criação de uma UC, nos moldes do que o IDEFLOR-Bio está discutindo na consulta pública. Existem vários regramentos legais, como o Macro Zoneamento, Resolução COEMA nº 19 e o IDEFLOR-Bio está à frente porque possui a atribuição legal de criar UCs no estado do Pará e não a SEMAS. Ela complementa, dizendo que chegou uma pergunta aos seus ouvidos, informando que a zona de amortecimento da UC proposta seria de 10 km, o que ela indica ser improvável e em desacordo com o que está sendo discutido. Salientou que existe um diálogo para encontrar um caminho e destravar o uso produtivo por conta da destinação legal que a gleba já possui. Há necessidade de apresentar uma contraproposta ao COEMA e validar a vocação produtiva da gleba, mas há a necessidade de compensação ambiental ao se criar uma unidade de conservação. Ela justifica que é muito mais provável que o COEMA ratifique e revogue a resolução se houver consenso entre as partes e finaliza reforçando que não há a possibilidade de existir zona de amortecimento de 10 km para a UC proposta na gleba São Benedito, pois deve haver a pacificação dos interesses ambientais e desenvolvimentistas.

**Sr. Adauto Silva (produtor rural da Fazenda Fortuna)**, insiste que o problema é que a proposta do IDEFLOR-Bio não resolve o impasse junto à base do licenciamento da SEMAS, pois ela não licencia as áreas consolidadas a não ser que houvesse 80% de reserva legal. Ele conclui que precisa haver regulamentação e decisão a respeito da proposta de UC, pois as áreas de produção estão em expansão e há necessidade de regularização do zoneamento. Ele finaliza dizendo que mesmo que alguma terra fique sem uso, sem poder abrir novas fronteiras, pode-se fazer a manutenção das áreas consolidadas e ter a definição do licenciamento e esta questão está nas mãos do IDEFLOR-Bio.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, retoma sua fala exaltando o entendimento, dizendo que há a necessidade de solucionar a questão e pacificar a legalidade das áreas produtivas na gleba e reafirma a dificuldade de produzir um documento técnico, com base na legislação ambiental em vigor, que permita o uso das áreas consolidadas na gleba. Ele se identifica sendo um ambientalista desenvolvimentista, que nasceu para colocar o espaço territorial devidamente no seu lugar. Ele reforça que existem populações de espécies ameaçadas de extinção na área, de repercussão internacional, que precisam da área íntegra e que há necessidade de respaldo técnico e legal para as atividades produtivas continuarem ocorrendo na gleba. Ouvindo as propostas de todos e reorganizando a área da UC que está sendo colocada à mesa, para ele, é possível conciliar os interesses e as necessidades de todos, onde reforça que se algum proprietário não quiser participar da área da UC proposta, pode ser retirado e que após as análises e ajustes, serão disponibilizados os mapas finais.

**Sra. Josiane Kayabi (TI Kayabi)**, mais uma vez iniciou dizendo que quando é do interesse do Estado, fazem de tudo para que a população, que será afetada, aprove. Disse, ainda, que como indígena apresentou seu manifesto contra a criação da unidade de conservação e lamentou que o povo esquece o que é falado e não é cumprido, e finalizou dizendo que o tempo de escravidão acabou, e que não queria mais ser escrava de autoridades, sejam elas quais forem. Por fim, agradeceu.

**A Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, agradeceu a fala da Sra. Josiane, e reforçou que ela, como usuária de área protegida, sabe o quanto é importante a sua conservação. Enfatizou que não é do interesse do órgão dialogar sobre preservação e conservação pela simples imposição. Reforçou que estava ali por meio de um processo democrático, onde todos foram ouvidos para que se encontre uma alternativa de conciliação. Relembrou a existência do macrozoneamento e um zoneamento, com a resolução e a necessidade de se resguardar a área, mas também propor um desenvolvimento que a Gleba tanto precisa. Passou a palavra a Sra. Osmilda.

**A Sra. Osmilda**, deu boa tarde a todos e informou que representava a Associação Rural União, e reiterou que a criação da Unidade de Conservação restringirá o acesso à Gleba. Ressaltou que está há mais de trinta anos na área e que devido a disputa entre os dois estados, MT e PA, não tem documento. Enfatizou que o “IDEFOR-Bio está fazendo tudo às pressas” e questionou se não seria um compromisso do Governador com algum órgão americano, pois pouco sabiam sobre o assunto que estavam discutindo. Afirmou que todos ali eram brasileiros, inteligentes e que certas ações os engessaram, ratificou a importância de seu trabalho com a plantação e colheita para a produção, e que sabia que existiam

peças de olho no Brasil. Falou das riquezas minerais como o ouro, que era exportado para fora do Brasil e usando a massa indígena com ONGs para acabar com o Brasil, tudo para levar embora as riquezas do país e deixou claro que não concorda com nada disso. Se identificou como professora e que desde que se tornou professora sempre disse para seus alunos que “índio foi no começo do Brasil... hoje, índio tá domesticado...hoje índio quer viver igual nós... hoje índio quer plantar e colher.... ele não quer ser mais escravo de ONGs estrangeiras... e nem escravo de branco não...eles querem igualdade”. Frisou que o que eles estão propondo nesse dia é igualdade e que não estava entendendo o porquê de fazer um novo ato se já estavam preservando. Ainda, ressaltou a importância de cuidar do que era deles e que de fato eles já faziam isso, cuidavam de suas áreas, sem deixar que pessoas de fora o engessarem ou mesmo levassem alguma coisa do Estado. Questionou, ainda, o porquê de mais um lote ambiental preservado já que o Pará, de acordo com suas impressões, já muito preserva. Continuando sua fala, a senhora Osmilda questionou o número de Terras Indígenas que o estado possui e se realmente estão preservando. Declarou que entende que atualmente ainda está no Mato Grosso, pois a modificação sobre a gleba foi há pouco tempo e enfatiza que deseja que trabalhem juntos, para preservar, plantar e colher. Finalizou se declarando contra a criação e deseja deixar sua declaração protocolada na memória da reunião.

**A Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)** iniciou usando a própria fala da Sra. Osmilda, informando que o Governo do Estado está tentando avançar no sentido de trazer o ordenamento e governança para dentro da Gleba e reforçou que, diante de todo o elemento ambiental tem-se buscando conciliar da melhor maneira possível um modelo de ordenamento. Defendeu que se não houvesse uma intenção mais séria deste governo, o governador não estaria colocando num plano estadual Amazônia Agora na Gleba São Benedito e reiterou que ela tenha certeza que, assim como o IDEFLOR-Bio chegou, assim como o ITERPA já esteve na Gleba, a SEMAS, a ADEPARÁ, a SETRANS virão com a suas equipes técnicas avaliar todas as prerrogativas apresentadas em estudos. Mas esclareceu, que o ordenamento é feito em todos os sentidos, tanto na cobrança dos deveres quanto em fazer valer os direitos e de deixou claro, por fim, que jamais o direito de ir e vir seria vetado, reforçando que o rio é de todos e precisa ser preservado acima de tudo.

**Sr. Darcy (representante da comunidade garimpeira)**, inicia sua fala dando “bom dia a todos” e comenta que representa a comunidade garimpeira do estado do Mato Grosso e do Pará, na gleba. Ele fala que o garimpo é a base de sustento para muitas famílias na região e que o trabalho da sua categoria é tão digno quanto o de qualquer outro produtor rural, nesse momento ele pede o apoio dos prefeitos de Paranaíta e Alta Floresta, os quais, segundo ele, são também produtores rurais. Ele menciona a fala do advogado Valter Stavarengo sobre a quantidade de impedimentos que o setor do garimpo enfrenta por conta das unidades de conservação que existem às margens da BR 163. Ele reforça seu argumento dizendo que é a favor da pesca também, mas que sustenta sua família com o garimpo e está começando a investir na produção rural também, por conta dos recursos que pôde acumular com esse trabalho. Ele diz que o setor do garimpo que ele representa é contra a criação da UC e que apoia o que foi dito pelos produtores rurais e os seus representantes e advogados. Ele retoma a fala perguntando sobre o plano de manejo da área proposta como UC na gleba, pois segundo ele, a frequência com a qual o plano deveria ser renovado não é respeitada e cita o

exemplo do Parque Estadual do Cristalino (MT) que impede muitos de atuarem com o garimpo na região e gerar emprego e renda. E finaliza questionando se a zona de amortecimento irá contemplar a atividade garimpeira.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, dá “boa tarde” ao sr. Darcy e menciona que trabalhou na região com o geólogo Gabriel Guerreiro por muitos anos, o qual foi secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará e exigiu que houvesse um enfrentamento na região da BR 163 em prol dos garimpeiros que ali estavam na ocasião da implementação da FLONA Tapajós. Ele menciona que em tratativas com o ICMBio e o IBAMA, foi acordado que pelo menos 10 km nas margens da rodovia transgarimpeira fossem mantidos para a atividade quando da abertura da BR 163. Ele cita, também, que naquele momento, o imbróglio que ocorreu na Terra do Meio, entre São Félix do Xingu e Altamira, no Pará. Ele afirma que foram mantidas 1.650.000 hectares de áreas produtivas para a população que lá vivia, nativa ou imigrante. O ICMBio criou algumas UCs na área, mas novamente houve acordo para as atividades produtivas. Ele reafirma que o governo do Pará pode ter alguns planos de manejo em atraso mas que sempre lutou, diante da legalidade, para manter as atividades produtivas tradicionais e a vocação de cada região do estado. Aqui ele fala sobre as zonas de amortecimento na Amazônia e como é complicado manter áreas produtivas ao seu redor, pois segundo ele, para a Amazônia é inviável manter a mesma legislação em todo o país. Uma zona de amortecimento funciona no sul e sudeste, mas não na Amazônia com as suas peculiaridades. Ele diz que vai batalhar para que a zona de amortecimento da UC proposta pelo IDEFLOR-Bio para a gleba esteja com o tamanho e a extensão adequados.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, pede a palavra e reforça que o IDEFLOR-Bio não está fazendo outra consulta pública a “toque de caixa” e utiliza o argumento de que houve o comprometimento de que haveria acesso a internet mas devido a problemas técnicos, as pessoas não puderam participar de maneira síncrona na audiência do dia 15/09/2021 e reforça que a participação de todos é muito importante e que ouvir todos é exaustivo mas que renderá bons frutos. Saliou que encontrar soluções para os impedimentos ocasionados pelas leis existentes como do macrozoneamento e resolução devem ser ampliadas com a participação do público que não pôde estar presencialmente e lembra que a reunião virtual será transmitida na sexta-feira, dia 17/09/2021, na sede do IDEFLOR-Bio em Belém. Em seguida, devido o avançar do horário a presidente lembrou que foi oportunizada a fala para todos que se dispuseram e que todas as opiniões, dentro da legalidade, serão ouvidas, inclusive mencionou a questão da revisão da área de amortecimento e reitera dizendo que a gravação da (consulta) audiência, assim como os relatórios e atas serão disponibilizados em momento oportuno, após a equipe técnica do IDEFLOR-Bio organizar o material, em seguida passou a palavra para o senhor Orlando.

**Sr. Orlando Silva (fazenda Cajuru/ produtor rural)**, inicia dando boa tarde e menciona sobre o processo democrático, pois, para ele, a consulta virtual do dia 17/09 não deveria ocorrer, considerando que para ele, houve unanimidade quanto a contrariedade à proposta de UC na Gleba São Benedito. Continua dizendo que o projeto todo está equivocado e que devem ser marcadas novas consultas públicas presenciais sem pressa. Afirma que a proposta sugerida pelo IDEFLOR-Bio não é

decente e que deve ser respeitado o direito da propriedade dos produtores rurais, e continua enfatizando que deve ser respeitado o direito de ter área consolidada dentro do CAR de uma propriedade por que os produtores já respeitam as APPs. Segundo Orlando, para haver pacificação, entendimento e conciliação, há que se respeitar o que os produtores rurais já fazem, pois, ao invés de criar UC em toda a gleba, deveriam deixar os produtores com suas APPs preservadas e pronto, é só legalizar o que está consolidado. Segundo sua opinião, o governo só quer: *“ir lá na COP com esse projeto que é pra arrancar dinheiro lá”*, onde, ao invés disso, ele propõe que seja investido recurso financeiro e apoiado o produtor que preserva e obedece a legislação, pois isso incentiva o produtor a preservar. E complementa: *“a partir do momento que começar com esse incentivo ao produtor a preservar, cês vão solucionar... aí vem a única parte que não vai dar conciliação... o emprego de vocês talvez vá pro teto... Mas ainda tem a gestão disso aí, tá? A forma mais fácil que a gente tem pra preservar é realmente pagar quem preserva que somos nós produtores, não é vocês lá no ar-condicionado não.”* Ele mantém o discurso dizendo que é o produtor rural quem preserva e que se ainda existe arara-azul ali é porque eles não mataram e destruíram a floresta e finaliza dizendo que além de preservar, o produtor rural ainda põe comida na mesa das pessoas e isso deve ser respeitado e pago pelas pessoas, coisa que as pessoas na cidade não fazem e por fim agradece.

### 6.1.5 Encerramento

Por fim, após cinco horas de debate a presidente do IDEFLOR-BIO, a senhora **Karla Lessa Bengtson** retoma a fala para fazer o encerramento e diz que a questão não seria entrar no mérito ou não de quem trabalha na legalidade. Segundo ela, existe constatação de que existem muitos que não respeitam o que deveria ser respeitado. Sendo assim, é preciso estabelecer parametrizações que possam limitar o avanço da ilegalidade. Pois *“quem tá na legalidade não tem medo de enfrentar as inovações, as mudanças ...”*. complementa dizendo que quem trabalha dentro da legalidade não tem medo das alterações e mudanças representadas pela chegada de um ordenamento territorial na região, onde, reconhece que por conta disso, então, é que o estado tem que se fazer presente e investir para que o bem comum de todos, seja mantido e muito esforço e energia buscando a proteção são dispensados no Pará. Reforça o compromisso de fazer uma nova consulta pública na sexta-feira (17/09/2021) para que as pessoas que não puderam ter acesso na presencial, possam ser ouvidas, considerando a impossibilidade técnica devido à qualidade do sinal de internet, mas que não há como cancelar o espaço que foi garantido no convite à participação. Só assim, ela completa, as pessoas que não puderam vir presencialmente poderão se manifestar. Então, ela conclui que a consulta pública virtual será mantida, apesar das manifestações contrárias. E continua e informa que há uma proposta de revisão da área de UC inicial que terão os seus ajustes para que as proposições do público da consulta presencial sejam adicionadas ao documento. Onde, haverá um momento para tomar essa decisão técnica através da análise minuciosa e responsável e frisa que todo o processo não está sendo conduzido *“a toque de caixa”*, ou seja, rápido demais ou de forma aleatórias, sem ter minimamente uma posição de responsabilidade, confirmando mais uma vez a realização da consulta pública virtual no dia 17/09/2021, e que irá garantir o direito das pessoas que não puderam estar presentes, assim como foi garantido aos que foram presencialmente. Agradece a todos que se dedicaram e participaram da pauta da consulta pública com afincos e finaliza dizendo: *“é uma*

*imensa alegria poder estar presencialmente aqui com os senhores e desejo uma tarde abençoada a todos, que Deus nos abençoe e guarde e que possamos ter toda sabedoria do mundo no encaminhar dessa questão. Obrigada.“*

## **6.2. CONSULTA PÚBLICA VIRTUAL - 17/09/2021**

### **6.2.1. Recepção**

Às 9h00, horário local e 10h00, horário de Brasília, se deu a recepção de 100 participantes e o início da Consulta Pública virtual na plataforma Google Meets no link (<https://meet.google.com/ket-hjji-dmh>), transmitida da sede do IDEFLOR-Bio em Belém/PA (ver Apêndices X e XI).

### **6.2.2. Abertura**

#### **6.2.2.1. Leitura da Mensagem Oficial**

Após a leitura da mensagem oficial, foram executados o Hino Nacional e o Hino do Estado do Pará. Vale observar que com pequenas adaptações, a mensagem oficial seguiu o mesmo formato da mensagem apresentada na Consulta presencial do dia 15/09/2021, por isso se faz desnecessário descrever aqui (ver item 6.1.2.1).

#### **6.2.2.2. Abertura Oficial, Presidente do IDEFLOR-Bio, Karla Lessa Bengtson**

Após a execução dos hinos, a Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLO-Bio), Senhora **Karla Lessa Bengtson**, conduziu os trabalhos iniciando com a sua fala de boas vindas que segue na íntegra. *“Bom dia a todos que nos acompanham nesta manhã de consulta remota! Nós gostaríamos de agradecer a presença de todos que se fazem presentes e dizer que é com muita alegria que estamos realizando essa consulta pública remota, referente a gleba São Benedito, produto da soma de esforços do Governo do Estado do Pará, por meio do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. Conforme o Decreto 4.340, que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC, datado de 22/08/2002 no seu artigo quinto, ele prevê a importância da consulta pública para a criação de uma unidade de conservação. E essa consulta, ela consiste em reuniões públicas que a critério do órgão ambiental competente, no caso o IDEFLOR-Bio, ele se utiliza como forma de oitiva da população local que será afetada com a criação desta unidade.*

*Nós realizamos no dia quinze de setembro (15/09/2021), presencialmente, conforme publicação, com quinze dias de antecedência, no Diário Oficial do Estado do Pará, conforme convites encaminhados a todos os interessados, todos os segmentos que estariam correlacionados, quer seja no município de Jacareacanga e Novo Progresso, nas dimensões do estado do Pará a participar desta consulta pública. E em nosso folder, em nosso material de divulgação no site, nós disponibilizamos também que a consulta seria remota. Infelizmente em virtude de problemas com a internet no local, isso não foi possível e por isso tomamos a determinação de que essa consulta não poderia deixar de ser feita a nível remoto, até porque como diz no artigo quinto: essa consulta pública ela precisa ser viabilizada para que possamos ouvir, ouvir a população.*

*Creemos que o dia quinze foi muito importante para nós e alcançou o nosso objetivo previsto nesse artigo quinto que diz que a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão, dos limites mais adequados para a criação da unidade. No entanto, nós também não podemos cercear ou tirar esse direito aqueles que não*

*puderam se fazer presencialmente. Por isso, mesmo sendo proposto que fosse cancelado pelas pessoas que estavam ali presentes no dia quinze, compreendemos o respeito, o cumprimento do que nos diz o artigo quinto e acima de tudo a garantia de ouvir todos que devem estar envolvidos nesse processo. Por mais que tenhamos de certa forma atingido o nosso objetivo, compreendemos que a continuidade desta consulta pública hoje se faz necessário porque ouviremos uma demanda que ali não estava na sugestão de delimitações, quanto a questão da definição do local, enfim das informações inerentes, bem como expressar a todos os elementos que nos levam a isso.*

*A pesquisa realizada pelo IDEFLOR-Bio ao longo desses anos, desde que assumimos em 2019 a presidência do IDEFLOR-Bio, diante do governo Helder Barbalho, sempre houve uma preocupação para com a gleba, existia um processo judicial e esse processo judicial mesmo transcorrendo, nós fomos sinalizados pelo nosso Governador na preocupação em dar ordenamento e fazer gestão. Destacamos que a Gleba São Benedito com trezentos e trinta e seis mil e oitocentos hectares, localizadas lá no Sudoeste do estado do Pará, entre os municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, ao ficar sob júdice entre o estado do Pará e o Mato Grosso, ela passou por uma lacuna temporal de dezesseis anos e somente 2020, o STF expediu decisão favorável ao estado do Pará. Conforme todos sabem, a publicação do Diário de Justiça Eletrônico nº 161, de 2020 no dia 26/06/2020. Ratificando a Gleba São Benedito ao território paraense e dessa forma mesmo fazendo uma expedição em 2019, com a coordenação do do nosso servidor Pedro para reconhecimento, levantamento, início de estudos a respeito da gleba, iniciamos então no ano de 2020 com base nessa definição judicial os estudos inerentes a área da gleba São Benedito. Estudos que se desenrolaram no ano de 2019, pelo levantamento, 2020 na intenção de criação e 2021 conforme previsto na resolução de nº 19 2001 do COEMA.*

*E esses levantamentos, eles corroboraram com todo um acervo de informações que já tínhamos com base no macro zoneamento do estado do Pará de 2005, assim como o zoneamento do oeste em 2009. A partir desse momento, o governo do estado do Pará, não mediu esforços e investiu no planejamento e no ordenamento territorial desta área. E com a finalidade de consolidar uma governança baseada nos pilares de desenvolvimento sustentável, na produção e conservação da biodiversidade, nós estamos ancorados no Plano Estadual Amazônia Agora. Principalmente, em dois eixos que são extremamente fundamentais, que é o Territórios Sustentáveis e o Regulariza Pará. Então, dentro dessa perspectiva, realizar essa consulta pública significa para nós ir ao encontro das necessidades que a gleba precisa, considerando todos elementos aqui apontados. E ouvi-los nesta manhã torna-se imprescindível, fazendo claro, dentro de algumas perguntas que serão feitas pelos senhores, estaremos aqui disponíveis para responder, a exemplo do que nos colocou antes do início da reunião senhor Orlando, quanto a questão da zona de amortecimento e eu expresse aqui o interesse do IDEFLOR-Bio é conservar a vegetação natural. Isso quer dizer que possivelmente, se houver zona de amortecimento, tão possivelmente os estudos apontados para a área são de vegetação natural, ou seja, em áreas consolidadas essa zona de amortecimento não incidirá.*

*Temos essa fala justamente para acalmar corações, para que todos possam de uma forma muito participativa expressar suas preocupações, apresentar sugestões para que possamos avançar. Agradecemos desde já, todo o trabalho da equipe, reconhecendo o compromisso para com o meio ambiente, mas acima de*

*tudo, compromisso para com a história das pessoas que vivem dentro da Gleba São Benedito. E nesse momento agradeço também a participação de todos que nos acompanham nessa consulta pública remota, dizendo que o IDEFLOR-Bio está à disposição para as contribuições, para os elementos construtivos que vêm nas etapas que temos a seguir. Muito obrigada e nesse momento eu passo a palavra ao diretor da DGBio, nosso querido diretor Crisomar Lobato para apresentação dos estudos e em seguida nós estaremos abrindo pras perguntas. Gostaria de pontuar aqui um direcionamento, uma orientação, pedindo que cada um participante possa se inscrever, porque nós estaremos aqui pra responder as perguntas, pra ouvir as considerações, ressaltando que no momento da inscrição, as pessoas se identifiquem, dizendo se são pessoas que terão suas áreas diretamente atingidas pela proposição da criação da unidade de conservação. Para que nós possamos estar identificando quem realmente estará sendo afetado com a proposição, bem como de forma muito atenta, conciliando e pacificando situações que possam estar envolvendo a história das suas propriedades. Agradeço a todos e passo a palavra a Crismar Lobato.”*

### **6.2.3. Apresentação dos estudos e proposta de criação**

A apresentação dos estudos técnicos e da proposta de criação da Unidade de Conservação, foi exposta pelo Senhor Crisomar Lobato, Diretor de Gestão da Biodiversidade/DGBio/IDEFLOR-Bio, seguiu o mesmo formato da apresentação apresentada na Consulta presencial do dia 15/09/2021, por isso se faz desnecessário repetir aqui (ver Apêndice VII).

### **6.2.4. Intervenções, questionamentos e esclarecimentos**

As dúvidas e questionamentos foram feitas de forma oral, estabelecidas conforme a ordem de inscrição. Além disso, foi estabelecido que cada participante poderia se manifestar em no máximo três minutos, sem direito à réplica. Abaixo, seguem as falas dos momentos de debate referente às intervenções, questionamentos, contribuições e esclarecimentos.

**O Senhor Osmar Moreira (prefeito de Paranaíta)**, foi o primeiro a se manifestar, dando “*bom dia a todos*”, se identificou como prefeito municipal de Paranaíta. Mencionou sua participação na (consulta) audiência pública presencial do dia 15.09.2021 e o interesse de participar da reunião virtual. Fez referência à presença da gestão de seu município na área da Gleba São Benedito e a recente parceria com o gestor do município de Jacareacanga. Manifestou, ainda, sua contrariedade à implementação de uma UC na área, afirmando que a gleba precisa de outro tipo de projeto mais moderno. Considera a presença de somente 03 pousadas na área prejudicial à conservação. Indicou a doação de alevinos para as comunidades indígenas e questionou a criação de uma UC às margens de uma reserva indígena e uma área militar. Considera que os estudos feitos não têm validade e que o Estado deve considerar o ônus dos proprietários rurais que querem produzir na área com relação a conservação das áreas de Reserva Legal e APPs, contidas nos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) dos proprietários. O prefeito de Paranaíta reitera que devem ser chamados todos os indígenas, produtores rurais e donos de pousada para discutir a questão. Na sua fala, indica que apenas poucos empreendimentos turísticos iriam usufruir da criação de uma UC. Além disso, ele afirma que, com a criação de UCs, o país se afasta do produtor rural. Segundo ele, há necessidade de



incluir o indígena, o produtor rural na conservação. Na sua fala, cita projeto proposto com as Usinas Hidrelétricas da região para desenvolver o entorno dos lagos no Estado do Mato Grosso, mas afirma que ainda não existe nenhum encaminhamento para o lado do Pará. Segundo seu ponto de vista, há necessidade de incentivar os indígenas a criar peixes e não criar mais uma UC. Conclui sua fala afirmando a necessidade de sustentação jurídica para desenvolver os referidos projetos e reitera sua contrariedade à criação de uma UC na Gleba São Benedito afirmando que irá tomar medidas legais se não for ouvida sua solicitação. Agradeceu e finalizou sua fala.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio),** iniciou dando bom dia e afirmando que todas as considerações são ouvidas. Afirma que se houver interpelação judicial, as mesmas serão aceitas. Continua afirmando que os estudos possuem respaldo técnico e científico, e que, como cidadão paraense que acompanhou todo o processo de júdice do Pará, pela tutela da fronteira topográfica da área, com o estado do Mato Grosso. Cita, ainda, a capacidade técnica dos advogados que defenderam a causa, em especial o advogado e topógrafo Paraguassu Elleres, e o geógrafo Vicente Souza. Aos quais cita como principais responsáveis pelo ganho da causa, junto ao Supremo Tribunal Federal, em maio de 2020. Continua, informando que exige respeito com o conhecimento dos técnicos de meio ambiente do IDEFLOR-Bio e que os questionamentos tem que ter base condizente e confrontada com o aspecto técnico. Afirma que possui especialização em zoneamento ecológico-econômico e que possui conhecimento técnico para subsidiar informações de uso da terra, com interesse ao estado do Pará. Reforça que a área proposta para criação da UC na Gleba São Benedito é a última fronteira do arco do desmatamento no estado do Pará para conter sua expansão vinda do Centro-Oeste. Adiciona que não é contrário ao direcionamento de terras para o uso agrícola e pecuária, pois reforça que 88% da área da Gleba terá mantidas suas atividades rurais. Reconhece a importância do agronegócio para o país, mas reafirma que não houve interesse pregresso do estado do Mato Grosso para defender a área em litígio anteriormente. Reitera suas credenciais técnicas e que foi membro de equipe multidisciplinar que fez o macro zoneamento ecológico econômico do estado do Pará, da Amazônia Legal e do Brasil. Portanto, reforça que o Instituto possui capacidade técnica para gerir um espaço territorial de posse do estado do Pará de maneira que atenda aos interesses de todos, e não só de poucas pessoas interessadas. Reconhece e apoia o setor agropecuário, que tem o maior percentual do PIB do país, no entanto enfatiza que a gestão dos recursos hídricos é importante, inclusive, para a produtividade rural e que garantir os mananciais através de um planejamento geral. Reafirma que todos os empreendimentos, inclusive os ecoturísticos da pesca esportiva, têm relevância pois geram emprego e renda e mantém a floresta em pé. Finaliza informando que se preciso for, a questão pode ser resolvida judicialmente a quem de direito.

**Sr. Osmar Moreira (prefeito de Paranaíta),** replica que não respeita os estudos técnicos pois considera que já existe corredor de fauna e que o Instituto não confia nos produtores rurais da área e que o plano turístico da área não é respeitado. Continua, contestando uma proposta de ligação, via estrada terrestre com o município de Jacareacanga pela BR 163, dizendo que é falso e para enganar os produtores rurais. Contrapõe que o ITERPA deveria fornecer um projeto sustentável que mantenha 300-400 metros de mata nativa na margem dos rios e legalize o CAR

das propriedades. A intenção, segundo ele, é que seja mantida a vontade dos produtores rurais, e até mesmo das pousadas nas margens dos rios. Reforça a contrariedade à proposta da criação da UC e a questão da insegurança jurídica para investidores e para a região.

**MODERAÇÃO IDEFLOR-BIO:** A moderadora do IDEFLOR-Bio agradeceu a participação do Prefeito de Paranaíta e pediu que os participantes respeitassem o tempo disponível de participação, 03 minutos, e que havia mais pessoas inscritas com dúvidas, colocações e esclarecimentos. Em seguida, convocou o próximo participante, Adriano Joel.

**Sr. Adriano Joel (engenheiro florestal)** iniciou informando que era engenheiro florestal e representava os moradores da gleba. Disse concordar com as colocações do prefeito de Paranaíta e se mostrou contrário a criação da UC. O seu questionamento girou em torno das metodologias apresentadas para o estudo e perguntou sobre a participação da servidora Valéria Albuquerque na condução dos estudos da ictiofauna. Informou que leu matéria jornalística a respeito das viagens e perguntou se ela havia participado da primeira expedição e se ela coordenava os estudos de fauna. O seu segundo questionamento é sobre a suficiência amostral das coletas de peixes, e questiona se há certeza na identificação das espécies consideradas ameaçadas. Pois informa que o texto do diagnóstico diz que se trata de uma lista de espécies esperada para os rios Azul e São Benedito. Além disso, informa que algumas espécies descritas não têm distribuição esperada para a área focal dos rios. Ele finaliza questionando sobre as quatro espécies ameaçadas da ictiofauna descrita no diagnóstico e pergunta quem viu as espécies da equipe técnica e agradece se houver resposta. Depois sugere que sejam retiradas palavras afirmativas do relatório, como por exemplo, “encontramos” para “esperamos encontrar”.

**Sra. Valéria Albuquerque (Gerente de Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)** inicia dando “bom dia” e esclarecendo que participou da segunda campanha e que houve um levantamento rápido da ictiofauna. Além disso, ela informa, o diagnóstico foi produzido através da coleta de informações com base em dados bibliográficos, entrevistas com registros fotográficos dos pescadores de pesca esportiva e através da consulta de bases de dados de repositórios e coleções de fauna das principais universidades e centros de pesquisa do Brasil, como Museu Goeldi, USP e INPA. Nesse sentido, ela reforça que o esforço amostral ainda é baixo e que muitas outras espécies ainda podem ser encontradas e descritas para a área. Ela reforça seu argumento falando sobre a alta biodiversidade amazônica e o tamanho dos rios, pouco amostrados e com lacunas de conhecimento. Adiciona que *“ainda é preciso um esforço muito grande para mostrar esses rios e conhecer a real diversidade de ictiofauna, não só de ictiofauna, mas de outros grupos.”* Ela fez referência a base de dados GBIF (*Global Biodiversity Information Facility*), que é mencionada na metodologia do diagnóstico e que as espécies ameaçadas citadas no trabalho estão contidas como pertencentes às bacias do Rio São Benedito e do Rio Teles Pires. Ela reitera que as possíveis lacunas de distribuição das espécies indicam que ainda há necessidade de mais estudos serem realizados nos rios São Benedito e Azul. Finaliza agradecendo a pergunta.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio),** complementa informando que uma unidade de conservação é criada com base na relevância da área e da vontade da população diretamente atingida. Além disso, informa que existem levantamentos e indicativos de centros de pesquisa como o Museu Paraense Emílio Goeldi que colocam a Gleba São Benedito como *“um centro relevante para preservar a biodiversidade do globo em geral”*. Finaliza dizendo que todo esse arcabouço respalda a criação de uma UC de proteção integral na área.

**Sr. Sidelmar Zikoski (produtor rural),** inicia dando “bom dia” e informa que representa os produtores rurais do sudoeste da gleba, ao sul de Novo Progresso. Inicia sugerindo que se abra espaço para perguntas, questionamento e sugestões que não tenham sido albergadas até o momento. Depois, afirma que ambas as margens dos rios São Benedito e Rio Azul estão com as APPs intactas e conservadas dos dois lados dos rios e reforça que há uma terra indígena e uma unidade militar e ainda diz que existem *“leis ambientais severas que protegem a fauna e a flora através da imposição das suas APPs e das reservas legais...”*. Em seguida, informa que, em sua opinião, os estudos *“estão carentes de atos administrativos perfeitos”*, pois para ele não demonstraram ou não ficou clara a motivação e o objetivo da unidade de conservação. Ele reitera que se *“o macrozoneamento sustenta que a área tem o uso sustentável, agora vem o estado para restringir com uma unidade de conservação na modalidade de uso restrito de uso integral, de proteção integral e se estabelece um uso restrito, vem restringir ainda mais a participação do desenvolvimento sustentável naquela região”*. Na sequência, informa que foram apresentados os benefícios mas não as restrições, pois ao citar a Lei 9.985 nele menciona o plano de manejo e a zona de amortecimento e que no seu entender, colocam restrições e critérios para o uso. Então, pergunta: *“Quais são os critérios que essa zona de amortecimento vai ser criada? Ela traz restrições de licenciamento ambiental nessas áreas e também afeta a liberação de crédito pra esses produtores?”*. Menciona a possível proibição de espécies exóticas, como a *Brachyaria*, que é utilizada para pastejo bovino. E por fim, menciona que duas expedições de pouca duração não seriam suficientes e que *“se há a presença da Arara-azul do Pantanal, é porque a região está muito bem conservada”*. Ele declara que *“os produtores rurais situados dentro da gleba São Benedito, no sudoeste do município de Novo Progresso são contrários a criação desta unidade de conservação....”*

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio),** reafirma que para criar uma unidade de conservação, os estudos são suficientes. Ele complementa que durante o macrozoneamento ecológico econômico do estado do Pará, a escala do estudo era um para um milhão (1:1.000.000) e que isso não permitia um detalhamento maior de regiões como a Gleba São Benedito. Ele adiciona que o zoneamento do oeste do estado do Pará, que também indicava a Gleba São Benedito para unidades de uso sustentável estava em uma escala de pouco detalhe, de um para duzentos e cinquenta mil (1:250.000). A alternativa, foi a condução de estudos mais recentes na escala apropriada, com mais detalhes, de um para dez mil (1:10.000), que possibilitou validar as informações e indicar para preservação da biodiversidade com segurança para a categoria de manejo refúgio de vida silvestre que permite propriedade privada e o desenvolvimento de atividades ecoturísticas. Ele complementa, informando que é importante a manutenção das

áreas consolidadas para as atividades produtivas tradicionais e isso será possível em 88% da Gleba São Benedito. E finaliza, informando que a vocação natural e as condições socioeconômicas da área serão respeitadas com base em estudo, no conhecimento da área e de todo o estado do Pará e reforça a certeza e a segurança que a indicação é a correta.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, complementa que existe levantamento do avanço de 55% de desmatamento na gleba. E que este avanço de desmatamento tem incidido em direção a reserva, que desde 2001 proíbe o desmatamento através da criação da resolução pelo COEMA. Ela reforça que a área da gleba não está tão preservada como deveria, mesmo com as proteções legais, existe um avanço que compromete a integridade dos rios e demanda atitudes de preservação.

**Sra. Ana Cristina Barros (ambientalista, ex-secretária de Biodiversidade do MMA)**, ao se manifestar, dá "*bom dia a todos*", saudando e parabenizando a presidente Karla Bengtson do IDEFLOR-Bio pela iniciativa. Complementa, afirmando conhecer o diretor Crisomar Lobato há muitos anos e o mesmo "*é um dos profissionais mais destacados na agenda de conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia*", atestando o histórico e a qualidade dos produtos desenvolvidos por ele e equipe, com respaldo técnico e científico. Continua, informando que fala em nome de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) como portadora de uma carta, que já foi submetida ao IDEFLOR e ao Governo do Estado, contendo o apoio de mais de cinquenta organizações ao processo de criação de uma UC que está sendo desenvolvido pelo IDEFLOR na Gleba São Benedito. Além disso, ela afirma que estas mesmas OSCs corroboram as iniciativas do Governo Estadual, como o Plano Amazônia Agora, que frutifica em parcerias com produtores rurais, *traders* do agronegócio e da pecuária. Complementa que programas de bioeconomia e desenvolvimento sustentável na região têm sido estimulados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e que, o que está sendo proposto para a Gleba São Benedito é uma estratégia de conservação e uso sustentável alinhada com os interesses de todas as partes. Continua, informando que ações de conservação muitas vezes assustam o produtor rural, no entanto as medidas são benéficas pois influenciam positivamente para derrubar barreiras comerciais aos seus produtos, no mercado nacional e internacional. Nesse momento, algumas pessoas contrárias a sua opinião a interrompem em protesto e a moderação do IDEFLOR-Bio concede mais 30 segundos para que ela possa concluir sua fala. Ela continua sua fala, conclamando respeito ao seu espaço de fala e lembrando que a audiência pública não é uma votação à favor ou contra a criação de uma UC, ela seria, por outro lado, uma oitiva onde são feitas as considerações técnicas para que os participantes entendam o projeto de conservação. Ela finaliza informando que a proposta de criação de uma reserva de vida silvestre seria uma proposta inteligente porque ordena o turismo e permite propriedades privadas no seu interior. Entretanto, ela complementa que há preocupação com o entorno da área proposta para criação pois não haveria, até o momento, algo proposto. Ela ressalta a possibilidade de que se crie uma APA, área de proteção ambiental, ao redor da REVIS proposta nas margens dos rios São Benedito e Azul. Ela esclarece que a ilha do Marajó é uma APA, assim como o planalto central de Brasília, e que uma APA permitiria que o produtor rural participasse efetivamente da gestão através do seu conselho gestor. Ela garante que haveria sustentabilidade da REVIS

proposta e que daria oportunidade ao produtor rural de apoiar a regularização ambiental e fundiária na região que seria necessária para a manutenção da qualidade da produção junto com a floresta. Agradece e finaliza sua fala.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, agradece a participação de Ana Cristina e diz que é preciso dar espaço para todos em uma consulta pública. Afirma que os ambientalistas devem ter voz e que o espaço foi também oferecido aos da agricultura e da pecuária, sem interrupções ou insultos. Finaliza, afirmando que o IDEFLOR-Bio está aberto ao diálogo.

**Sr. Juarez Soares (investidor e médico veterinário)**, inicia sua fala dando “*bom dia a todos*” e agradecendo pelo espaço de fala, apesar de ressaltar que considera o tempo insuficiente para sua manifestação. Ele informa que fala como investidor e médico veterinário e que repudia o estudo feito pelo IDEFLOR-Bio. Ele afirma que o município de Jacareacanga tem 93% de áreas de conservação e de terras indígenas e que a única área produtiva é a Gleba São Benedito. Informa que chegou recentemente na região e que pretendia investir em uma área improdutiva que iria gerar em torno de 80 empregos diretos e indiretos e continua informando que, de acordo com sua opinião “*quem defende o meio ambiente é o produtor rural*”. Afirma é parceiro da Aliança da Terra e que defende a proteção ambiental, ainda, afirma que, como investidor, está suspendendo os investimentos na região por conta da sensação de insegurança jurídica causada pelo processo de criação da UC. Na sequência, afirma que o escoamento da produção rural da gleba deveria ser para o Mato Grosso, via ponte sobre o rio Teles Pires e não através de uma estrada por uma UC até a BR 163, como está sendo proposto. Ele cita como exemplos, a Floresta do Jamanxim que está sendo degradada por estar próxima da BR 163 e informa que é preciso debater e discutir a proposta e que “*toda a margem do Rio Azul e do São Benedito é protegida por APP*”, exceto as áreas onde há empreendimentos, como as pousadas. Finaliza afirmando novamente que ele estará suspendendo os investimentos em Paranaíta e Jacareacanga, pois não tem segurança jurídica. Agradece no final.

**Sra. Diana Souza (Procuradora / IDEFLOR-Bio)**, inicia dando “bom dia” e esclarecendo que várias entidades foram convidadas para compor a audiência pública, entre elas o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e demais órgãos públicos interessados. Esclarece, ainda, que será mantida a vocação produtiva em 88% da área da gleba, conforme informado pela área técnica nos estudos. Além disso, informa que ajustes foram feitos após a consulta pública presencial, o que inclusive irá aumentar a área destinada para além dos 88% previstos inicialmente.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, complementa que a consulta pública é que vai nortear os limites e o tamanho da UC proposta para conciliar com as atividades produtivas já existentes e as futuras. Ele informa que “*a partir da consulta pública presencial, vai ser aumentada a área produtiva e a área para unidade de conservação vai diminuir, vai ter área mínima necessária para proteção da biodiversidade*”. Ele continua, informando que a proposta de criação da REVIS na margem esquerda dos rios São Benedito e Azul será ajustada para atender os interesses das atividades produtivas tradicionais e a conservação da biodiversidade na região. Ele continua parabenizando a profissão do

participante e que o trabalho dos profissionais de veterinária é importantíssimo para a alimentação saudável das pessoas através de animais domesticados e criados para produção e consumo humano.

**Sr. Roberval (produtor rural)**, inicia sua fala perguntando onde estava o IDEFLOR-Bio quando foram construídas duas usinas hidrelétricas no município de Paranaíta. Ele informa que não constatou a presença do estado do Pará até o ano passado (2020) e que a população da Gleba São Benedito tem sido auxiliada pela prefeitura e a Câmara Municipal de Paranaíta. Ele questiona se há interesse financeiro em recursos provenientes das usinas hidrelétricas pelo estado do Pará. Além disso, manifesta sua contrariedade à criação da UC e exige respeito com a população da Gleba São Benedito, pois nunca antes o estado do Pará se fez presente naquela região. Ele opina que antes de mudar alguma coisa, o governo do Pará deve fornecer serviços básicos e infraestrutura, pois até a presente data, a população da gleba depende dos municípios do estado de Mato Grosso, como Paranaíta e Alta Floresta. Ele pede que as manifestações do IDEFLOR-Bio sejam breves, até 3 minutos da mesma forma que os demais participantes. Ele finaliza questionando se haverá a proibição de navegação na área dos rios contidos na REVIS e cercar “o direito de ir e vir do povo”. Ele também protesta quanto à presença de apenas 3 pousadas localizadas nas margens dos rios.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, inicia perguntando se o sr Roberval reside na Gleba São Benedito ou em Paranaíta, o qual informa que é produtor rural morador da Gleba, no entanto está no momento em Paranaíta/MT. A presidente informa que reconhece, compreende e respeita a opinião do sr. Robervaldo e a indignação que *“paira sobre o coração de muitos de vocês com referência a uma lacuna que se construiu ao longo desses dezesseis anos em virtude de existir uma júdice entre o estado do Pará, um processo judicial entre o estado do Pará e o Mato Grosso”*. Ela complementa, informando que o resultado da sentença foi apresentado apenas em junho de 2020, por meio de publicação no Diário de Justiça Eletrônica nº 161, no dia 26/06/2020. Adiciona que o governador do estado do Pará, Helder Barbalho, desde que assumiu a gestão em 2019 tem se feito presente na região. No entanto, ela reconhece todo o trabalho e aporte que o estado do Mato Grosso deu nos últimos anos para a gleba São Benedito que pode ter sido possível, graças aos recursos de compensação ambiental obtidos junto às usinas hidrelétricas que foram destinados principalmente àquele estado. Ela ressalta que o Governo do Estado do Pará tem se preocupado e que deseja o desenvolvimento da gleba, no entanto, que se faz necessária também a responsabilidade para com o meio ambiente. Ela afirma que têm sido registrados aumentos consecutivos e avanço do desmatamento sobre as margens dos rios, e o estado deve ser responsável quanto à governança de toda a gleba, conciliando as atividades produtivas com a preservação. Salaria que o estado possui leis, em especial o macrozoneamento do estado do Pará e o zoneamento do oeste do Pará que indicam a conservação e a criação de unidade de conservação para toda a área da gleba. Ela disserta que mesmo após a implementação da Resolução COEMA nº 19 de 2001, que transformou as margens dos rios Benedito e Azul em Reserva de Pesca Esportiva, o avanço do desmatamento não pôde ser contido nos últimos anos. Sendo assim, finaliza que existe, enquanto IDEFLOR-Bio e Governo do Estado do Pará, a preocupação e a responsabilidade de gerar governança e o monitoramento, para essas áreas.

**Sra. Wendy Maia (filha de produtor rural)**, é a próxima participante e diz estar na área diretamente afetada pela proposta de criação da unidade de conservação na gleba. Ela diz que será direta e pergunta como irá funcionar a indenização das áreas que serão desapropriadas de acordo com o projeto, considerando que muitos dos produtores rurais não têm a documentação adequada da terra até hoje. Ela prossegue, perguntando quais restrições serão impostas aos proprietários que vão permanecer na região, ou seja, que não vão ser desapropriados. Agradece e dá a palavra.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, inicia enfatizando que ninguém será desapropriado. Ele afirma que os produtores que estão fora da área proposta pela UC, na área já consolidada de atividade produtiva, serão incentivados a regularizar suas áreas no programa Amazônia Agora do estado do Pará. Ele esclarece que as propriedades que irão ficar dentro, total ou parcialmente, no refúgio de vida silvestre também não serão desapropriadas. Ele informa que todas as propriedades serão regularizadas e incorporadas ao programa Amazônia Agora no eixo Regulariza Pará, com o apoio do IDEFLOR-Bio e ITERPA. Ele afirma que *“todas as propriedades serão regularizadas porque é dessa forma que funciona um país, é dessa forma que funciona uma região. Todo mundo tendo seu documento original e todos avançando no mesmo sentido, de conservar a biodiversidade ao mesmo tempo que se produz para o desenvolvimento da região”*. Ele repete que ninguém será desapropriado, pois a categoria de refúgio de vida silvestre permite a propriedade privada de acordo com o sistema nacional de unidade de conservação da natureza. Ele continua e informa que a única restrição será *“o cumprimento da legislação ambiental em vigor no Brasil”*. Ele finaliza, informando que todo cidadão tem que atender e cumprir a legislação do país onde vive. Nesse momento, ele é indagado se haverá sanção a quem possui área desmatada dentro dos limites da área da UC proposta, ao qual responde, de pronto, que *“todas as áreas que já estão abertas serão excluídas do Refúgio de Vida Silvestre. Todas!”*. Ele indica que estas áreas ficarão na zona de consolidação ou na zona de amortecimento da UC proposta, sempre cumprindo a legislação em vigor nos seus limites e além. No caso da gleba, que está no bioma Amazônia, a reserva legal é de 80%, quando as florestas estão de pé, e de 50% para as propriedades que desmataram até 2008.

**Sr. Edvaldo Rodrigues (produtor rural)**, inicia informando que possui pouca afinidade com as novas tecnologias e defende que o produtor rural já preserva bastante, além de produzir alimento para o Brasil. Ele diz que *“o brasileiro se tá vendo, tá passando fome por causa do que? Cês tão sufocando os produtor rural, isso aí não é certo, cês tinha que dar incentivo pra nós”*. Ele finaliza dizendo que era essa a sua contribuição.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, responde informando que no seu entender os trabalhos do IDEFLOR-Bio não estão sufocando os produtores rurais da gleba, pelo contrário, estão abrindo áreas para a produção. Ele informa que o intuito é legalizar o que não está legalizado e gerar segurança jurídica, pois todo produtor precisa de documento oficial de sua área. E isso será feito através do eixo Regulariza Pará, do Programa Amazônia Agora do estado do Pará. Ele complementa que a presença do estado e a regularização

fundiária irá fortalecer a cadeia produtiva e estimular o uso das áreas protegidas em benefício da produção agrícola, pois o mundo exige que se cumpram os acordos e a legislação em vigor.

**Paulo “Tuca” França (representante da AGRODITO)**, é o próximo e inicia dando “bom dia a todos”. Ele informa que o estado do Pará usa o argumento de que não se fez presente nos últimos anos por conta do imbróglgio jurídico com o estado do Mato Grosso pela região, no entanto, ressalta que isso não impediu Jacareacanga de receber impostos sobre as obras das usinas hidrelétricas. Ele afirma que a região nunca deixou de ser estado do Pará, mesmo com a pretensão de Mato Grosso. Ele afirma que o argumento não é válido e que mais de 2 milhões de hectares já são protegidos na margem direita dos rios São Benedito e Azul e não vê sentido na criação de uma UC na margem esquerda. Ele menciona suas preocupações com possíveis restrições que irão ocorrer na área de amortecimento, pois avisa que os proprietários são ambientalmente conscientes, pois segundo ele, a margem do rio na gleba não está desmatada. Ele diz ser a favor do rio, dos mananciais, dos córregos, pesca esportiva, mas para ele não está claro quais os benefícios para os produtores rurais. Ele diz que o estado deve fornecer a regularização fundiária e subsídio nas taxas da documentação legal para compensar a ausência nos últimos anos.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, responde que nos últimos 16 anos, devido à ação judicial, o estado do Pará teve sua atuação limitada na área. Ele informa a importância das áreas da terra indígena e das forças armadas para a conservação da biodiversidade na região, e que o IDEFLOR-Bio mandou ofícios e comunicados à FUNAI para manter o diálogo aberto. O senhor Tuca França o interrompe e indaga que sua pergunta não foi respondida por completo, e reforça que ninguém proibiu o estado do Pará de atuar e investir na região mesmo com a judicialização. Ele informa que o que o preocupa é a ausência e a clareza de quais benefícios serão implementados para os produtores, como por exemplo uma estrada para escoar a produção da gleba. O senhor Crisomar retoma informando que existe uma proposta para construir uma estrada de 100 quilômetros para acessar a BR 163 e que além disso, o IDEFLOR-Bio está recepcionando outras propostas do município de Jacareacanga. No entanto, ele esclarece que o IDEFLOR-Bio não será o responsável pelas obras mas irá discutir com quem de direito.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, complementa informando que, fora da área proposta para criação da UC na gleba, a vida continua a mesma para os proprietários e nada será afetado. Ela informa que a única questão que irá ser modificada é a implementação de ações de governança dentro da área proposta como unidade de conservação. Ela reforça que nas áreas consolidadas, fora da unidade de conservação, os produtores continuarão fazendo o mesmo trabalho, quer seja com a agricultura, quer seja com a pecuária, porque não estará dentro da unidade de conservação.

**Sr. Rusdaell Barbosa (vereador de Paranaíta)**, informa que representa os interesses da Câmara Municipal de Paranaíta e agradece a oportunidade de fala. Ele ressalta a importância do seu município na gestão da gleba e que as ações do IDEFLOR-Bio deveriam considerar a opinião dos moradores daquele município. Pois a infraestrutura e a assistência básica existente na gleba, aos moradores, é quase



que exclusiva de Paranaíta. Ele considera falta de respeito, para com o seu município, a criação de uma UC pelo IDEFLOR-Bio, pelo estado do Pará. Ele complementa que os interesses do município precisam ser respeitados e que dentro do projeto de criação de UC proposto para a gleba, Paranaíta é a parte mais interessada e mais impactada do que Jacareacanga e Novo Progresso.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, inicia suas considerações reconhecendo a importância de Paranaíta para a Gleba São Benedito. Ela afirma que, em nenhum momento, houve desconsideração ou desrespeito e isso é explícito ao serem disponibilizadas consultas públicas, onde todos podem se fazer ouvidos. Ela complementa informando que existe uma lacuna histórica que traz ônus ao Pará, mas também traz alguns bônus. Ela ressalta que todas as considerações apresentadas são anotadas e que, enquanto o Instituto Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará faz as devidas análises e ajustes, ela irá levar o pedido dos prefeitos e vereadores para o ter uma conversa com o governador do estado. Ela reforça que a todo momento cita as palavras democracia e respeito, pois seriam esses elementos que têm pautado a conduta e o trabalho do IDEFLOR-Bio. Ela reforça que o esforço está sendo feito para ouvir a todos e que as dúvidas e situações conflitantes serão dirimidas para que possa avançar dentro das possibilidades para envolver a preservação conciliada com o desenvolvimento sustentável da região. Ela ressalta que, segundo a lei 9.985/200 (SNUC), a parte interessada deve ter relação direta com a área afetada pela implantação de uma UC e que no caso da área proposta, Paranaíta sequer faz fronteira com a mesma. Mas ressalta, que mesmo assim, está garantido o espaço de fala, além do respeito e reconhecimento com o município de Paranaíta. Ela ressalta que o momento é de construção, de ouvir as contribuições, sugestões e ponderações das pessoas que serão diretamente atingidas.

**Sr. Paulo Roberto (advogado de proprietários na Gleba São Benedito)**, inicia sua fala abordando a preocupação do setor produtivo para com a cadeia produtiva da região. Ele perguntou sobre o processo de consulta pública, se houve convite expresso ao Ministério Público Federal, ao Ministério da Defesa, à representação da FUNAI, à Defensoria Pública e à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). Ele informa que, por conta própria, enviou email para todos os deputados paraenses. Além disso, ele adverte que haverá perda de arrecadação aos municípios paraenses de Jacareacanga e Novo Progresso, e que houve desvalorização das propriedades da Gleba São Benedito. Para finalizar, ele indaga se as áreas produtivas serão afetadas pela zona de amortecimento e se os documentos, os convites às instituições, serão tornadas públicas e disponibilizadas no site do IDEFLOR-Bio. Ele agradece e finaliza sua fala.

**Sra. Ivana Costa (Procuradora / IDEFLOR-Bio)**, inicia a resposta dando bom dia a todos e esclarecendo que, em relação ao processo de consulta pública, foram seguidos todos os regramentos legais existentes. Segundo ela, a lei do SNUC não estabelece que todos os órgãos citados sejam obrigatoriamente convidados. A legislação prevê a questão da publicidade, em diário oficial no prazo legal de quinze dias, e mesmo sem haver a obrigação, foram expedidos convites para diversas instituições e órgãos interessados, entre os quais o Ministério Público Estadual, a FUNAI, as Prefeituras. Além disso, ela informa que houveram reuniões prévias com os prefeitos de Jacareacanga e Novo Progresso, nas quais foi apresentado o

projeto. Ela reforça que, em relação à Defensoria e à ALEPA, não há obrigação legal que seja feito o convite. Ela reforça que as áreas consolidadas serão excluídas das zonas de amortecimento, e que a consulta pública serve para justamente sanar os anseios e solucionar questões conflitantes. Ela ressalta que os ajustes estão sendo feitos na proposta, para que, com todo o cuidado, todos os interessados que serão diretamente afetados pela criação da unidade de conservação tenham seus receios amenizados, principalmente o público da produção rural. Com relação aos documentos solicitados, ela informa que ao final do processo, será elaborado um relatório final e que serão anexados todos os documentos pertinentes. O IDEFLOR-Bio preza pela transparência, tanto que fez o traslado até a área da gleba, em Jacareacanga, para realizar a consulta pública presencial. E após uma falha técnica no dia 15/09, foi mantido para outro dia, o direito à participação das pessoas que não puderam estar lá presentes através de consulta pública virtual neste dia (17/09). Ela reforça que *“isso é o verdadeiro processo democrático, que é o que a gente tá fazendo e que a gente tá em construção com vocês, que é pra chegar na melhor opção pra comunidade”*.

**Sr. Alexandre Bossi (investidor)**, é o próximo a participar e inicia dando bom dia a todos. Ele informa que possui propriedades na gleba, inclusive na área proposta para criação de UC. Assim, ele segue para suas perguntas: *“1) vocês confirmam que não vai ter desapropriação da área? 2) a área pode ser usada como reserva legal? 3) uma das áreas que eu tenho é uma posse, qual é a garantia que eu tenho que se essa unidade for criada, num vai parar o processo de regularização, eu acho que isso tem que ficar claro pra todo mundo aqui. [...] 4) qual que é a garantia que daqui pra frente, se mudar o Governador, por exemplo, não vai ser criado uma nova unidade de conservação? Teria de fato uma insegurança jurídica importante aqui que eu acho que o Juarez falou, e por último que é o que preocupa muito, aí eu acho que faz sentido, 5) é em relação a zona de amortecimento. O que é isso? Como é que funciona isso? Porque, isso é positivo, é negativo, existe isso, eu de fato eu não sei essa parte, queria vocês esclarecessem”*. Ele finaliza e agradece.

**Sra. Ivana Costa (Procuradora / IDEFLOR-Bio)**, inicia dando boa tarde e responde as perguntas, na sequência: 1) ela reafirma que não haverá desapropriação, pois o REVIS é uma unidade de conservação de proteção integral que admite a propriedade privada, dentro dos limites de uso que cabem na legislação brasileira. 2) ela confirma que a propriedade que possuir área dentro da REVIS poderá ser usar tal quinhão como reserva legal, pois não há conflito legal. 3) ela confirma que os proprietários que ainda tem áreas por regularizar, ou seja, que possuem apenas a posse, serão contemplados no plano estadual Amazônia Agora, que prevê a regularização fundiária da região da gleba. Ela informa que o ITERPA já foi oficiado e que inclusive já esteve na gleba semanas atrás para verificar a situação da Gleba e da unidade. Então, ela esclarece que existe uma parceria entre os órgãos de Estado. Ela esclarece que a ideia é que os órgãos do Estado consigam fazer andar a regularização, para trazer benefício e viabilizar acesso a crédito. 4) Ela informa que todas as áreas consolidadas que já existirem no perímetro de 2 km da margem esquerda dos rios São Benedito e Azul serão removidas e que isso fará com que ocorra o mínimo de impacto possível para a atividade econômica que já existe na região. Ela informa que o objetivo não é engessar a produção da região, pelo contrário, é minimizar qualquer tipo de impacto econômico. 5) Com relação às garantias de que um novo governo não irá aumentar a área da reserva ou criar outra

UC, ela diz que é impossível prever, já que não há possibilidade de garantir gestões futuras. Ela complementa que, se hoje, já é garantido mais de 88% da gleba para a consolidação das atividades produtivas tradicionais, então ela considera que já houve um recuo considerável.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio),** reitera que, atualmente, 88% está garantido como zona consolidada e esse percentual pode aumentar com os ajustes discutidos nas duas consultas públicas. Ele informa que na zona de amortecimento, será garantida área de reserva legal e as APPs. Ele complementa que, o restante da zona de amortecimento poderá ser trabalhado com agricultura e pecuária ambientalmente sustentável. Então, ele finaliza informando que a área proposta para criação de UC diminuirá, mas irá manter o mínimo possível e necessária para garantir atividades ecológicas e o desenvolvimento sustentável.

**Sra. Karine Maia (filha de produtor rural),** é a próxima participante e inicia dando bom dia, e informando que é filha de produtor rural que tem propriedade dentro da gleba. Além disso, ela diz ser engenheira agrônoma e também produtora rural. Ela comenta uma fala que diz ter ouvido do sr. Crisomar Lobato, na qual entende que o IDEFLOR-Bio irá fazer um controle globalizado da gleba. Nesse sentido, ela questiona quais serão as restrições nesse controle globalizado da gleba? Ela continua, informando que o desenvolvimento sustentável não trata somente de questões ambientais, mas também de questões econômicas e sociais. Ela menciona os estudos sociais mas gostaria de saber mais informações sobre as propostas econômicas para a área da gleba São Benedito. Além disso, finaliza questionando se as perguntas feitas por escrito, no chat, serão respondidas. Agradece ao fechar sua fala.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio),** esclarece que não se trata de controle globalizado da gleba São Benedito. O que ele se refere é a presença do estado do Pará, ou seja, as medidas de gestão, comando e controle, que trarão governança e que envolvem a área ambiental, a saúde, educação, segurança e a questão da terra. Então, ele informa que o objetivo não é restringir ou cercear os produtores. Ele afirma que foi feito estudo socioeconômico e que as propostas vão ser aprimoradas conforme as discussões, a partir das consultas públicas que estão sendo realizadas. A sra. Karine Maia interrompe nesse momento e questiona se a consulta pública deveria apresentar mais certezas do que incertezas. Ela diz que não está segura e que a intenção não está clara, e pede mais transparência.

**Sra. Jocilete Ribeiro (Gerente de Sociobiodiversidade / IDEFLOR-Bio),** pede a palavra, se apresenta e inicia dando “bom dia”. Ela esclarece que esteve à frente dos levantamentos socioeconômicos na gleba e informa que todo o diagnóstico está disponível no site do IDEFLOR-Bio, no entanto, sempre estão passíveis de melhorias. Ela continua dizendo que a partir da consulta pública, depois de conhecer melhor os atores da região, há possibilidade de uma troca e do envio de sugestões, complementações, críticas para poder inserir um documento. A consulta pública é o momento de esclarecimentos de ambas as partes, do que ficou obscuro e pouco claro. Ela afirma que os estudos são um retrato da gleba, mas não pretende ser completo. A metodologia do estudo liderado por ela, consistiu na aplicação de

questionários para entender as percepções da população da gleba e as problemáticas vivenciadas. Ela relata que, através do estudo conduzido por sua equipe, ficou constatado que existem distorções em diferentes partes da gleba, como por exemplo, a ausência de escolas ou postos de saúde na área da gleba que está no município de Novo Progresso. Por outro lado, o quinhão pertencente a Jacareacanga, apesar de possuir alguns destes equipamentos ou infraestrutura, não possuía profissionais. Ela continua informando que foi então, através destes questionários, que foi possível identificar estas distorções e acionar os órgãos competentes para mitigar estes transtornos à população da gleba. Ela continua seu relato abordando a questão fundiária, que foi outro tema muito recorrente e relatado pelos moradores entrevistados. Assim, ela exemplifica que, com os dados do diagnóstico socioeconômico em mãos, foi possível acionar o ITERPA que irá conduzir os trabalhos de regularização fundiária e que o papel do IDEFLOR-Bio, através da gestão da presidente Karla Bengtson, é fazer essa articulação. Ela continua informando outros problemas constatados, como o horário da balsa de travessia do rio Teles Pires, a possibilidade de construção de uma ponte, entre outros. Ela reitera que os estudos não são conclusivos e há necessidade de complementação. Além disso, ela reforça que a grande maioria da população da gleba é de não paraenses, e que as melhorias irão chegar conforme o estado do Pará puder prestar os serviços básicos e a governança na área. Ela esclarece que as consultas públicas têm o intuito de fazer discussões e construir um melhor modelo para a criação da UC. Ela considera que após a implementação da UC, haverá a elaboração de um plano de gestão, e aí sim, haverá a possibilidade de ter um planejamento estratégico para a gleba.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, complementa informando que as perguntas apresentadas no chat serão respondidas, e pede que os participantes deixem seus e-mail e contatos para que as perguntas apresentadas sejam respondidas, além das sugestões e esclarecimentos. Ela pede, ainda, que os participantes assinem a lista de frequência, pois há necessidade de encaminhar a resposta correta a quem perguntou. Ela continua, e adiciona que a interlocução do IDEFLOR-Bio é importante, pois é a primeira instituição do estado do Pará que se fez presente na gleba após o ganho de causa com a decisão do STF. Além disso, ela informa que as ações em parcerias com todos os órgãos precisam acontecer de forma participativa para que haja governança.

**Sr. Redivo (morador da gleba)**, inicia sua fala dando “bom dia” e informando que é engenheiro agrônomo, morador e produtor rural na Gleba. Além disso, ele informa ser consultor agrícola que atende algumas das propriedades que plantam soja e milho na região. Ele continua e informa que das seis propriedades que ele atende na região, quatro serão afetadas pela criação da unidade de conservação. Além disso, ele informa que existe uma moratória da soja, ou seja, os negociantes e revendedores não compram o grão se ele vier de áreas embargadas, seja por conta de embargos ambientais ou se foi cultivado no interior de unidade de conservação. Ele informa que na gleba, existe produção de soja que já foi comercializada até 2024 e a criação de uma UC na região pode afetar diretamente estes produtores. Ele comenta que um projeto de estrada que ligue a gleba à BR 163 é antigo, mas nunca saiu do papel. Ele questiona se a intenção do IDEFLOR-Bio é fazer algum tipo de troca para que as pessoas presentes na consulta pública aprovelem a criação da UC, do contrário ele argumenta que não vê nenhum benefício na criação da UC. Ele

volta a questionar qual a intenção do IDEFLOR-Bio, já que a regularização fundiária está acontecendo, e o que ele deseja é que não ocorra empecilhos nesse sentido. Finaliza, repetindo que sua principal pergunta é sobre a moratória da soja, pois não sabe o que fará com a soja que vendeu para 2024. Ele complementa que a matrícula de uma propriedade é única, seja ela dentro ou fora de uma UC, então isso pode afetá-lo diretamente. Pede esclarecimento às suas questões e agradece.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, explica que a proposta da estrada não é através do Parque do Cristalino e sim na área militar, e não é uma proposta fechada pois ainda precisa ser negociada com quem de direito. Ele informa que em relação às propriedades que por acaso ficarem dentro da unidade de conservação, se a área já estiver consolidada, elas serão retiradas da proposta de refúgio de Vila Silvestre. Ele informa que haverá a retirada de áreas onde já existe agricultura e pecuária. Nesse momento, ele se refere à questão sobre a regularização fundiária, e informa que a iniciativa partiu do IDEFLOR-Bio, pois o Instituto faz parte do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA), e envolve, entre outras, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), através do programa que trabalha com o CAR e envolve o IDEFLOR-Bio e o ITERPA, o Instituto de Terras do Pará, que regulariza as terras dentro do SISEMA. Ele esclarece que a regularização fundiária é importantíssima porque delimita as áreas já consolidadas e o programa Amazônia Agora terá papel fundamental nesse processo, que é onde tem dois eixos que envolvem a Gleba São Benedito. Então nós todos juntos estamos a favor de todos. Com relação a moratória da soja comentada, os produtos de conservação possuem alto valor de mercado. Ele cita, a exemplo, a área de proteção ambiental (APA) do Marajó, que é uma UC e produz leite, queijo, entre outros que é aceito e admirado no Brasil e no mundo. Ele complementa que as áreas de proteção estaduais respaldam os produtos que saem delas. No entanto, ele ressalta que, no caso de uma UC de proteção integral, como está sendo proposto, há compatibilidade com propriedade privada, porém somente o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, trabalho ecológico que gera emprego e renda.

**Sr. Euthiciano Muniz (advogado, representante Jacareacanga)**, inicia dando “*boa tarde a todos*” e informa que está representando a Prefeitura Municipal de Jacareacanga. Ele agradece e parabeniza, em nome do Prefeito, a participação de todos que lutam junto com a prefeitura para proteger o município. Ele continua e agradece a participação da Prefeitura de Paranaíta, a Câmara de Paranaíta, as demais prefeituras da região, as associações e aos membros da OAB que estiveram presentes na consulta pública in loco. Ele pergunta ao Sr. Crisomar Lobato: “*como está o encaminhamento da estrada municipal?*”. Em seguida, ele direciona a sua palavra à presidente Karla Bengtson: “*primeiro fazer uma crítica aqui, que ela fala sempre em contribuições, ela nega qualquer outra hipótese de contribuição que não seja aquela que vá em favor da criação do projeto. Pra ela isso não se chama contribuição. Não sei o que ela quer dizer com isso. [...] foi dito pela senhora e tem uma mitigação lá, in loco, na Gleba São Benedito foi dito que poderia se pensar em uma mitigação a extensão do projeto, como está esse pensamento? Mudou, vai ter alguma surpresa, vai tá tendo alguma análise? E por fim, nessa parte, na criação desse decreto, vai ter alguma participação nossa, antes da publicação da promulgação ou vamos ser pego de surpresa sem que tenha qualquer... eh vamos dizer assim.. seja cumpridas qualquer dessas promessas que tão sendo feitas aqui,*

*foram feitas lá na Gleba São Benedito, estão sendo feito agora desse momento dessa dessa audiência virtual?'*". Ele finaliza dando boa tarde e requerendo que suas colocações e perguntas sejam respondidas.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, explica que em relação ao projeto da estrada, o IDEFLOR-Bio se comprometeu em recepcionar a proposta do município de Jacareacanga e trabalhar junto com a Secretaria de estado competente para que a mesma seja executada. Ele complementa dizendo que irá indagar se poderia haver uma ponte sobre o Rio São Benedito, pois afirma que estudos precisam ser feitos. Além disso, ele continua dizendo que o projeto precisa de estudos porque vai passar por terras indígenas e pela provável unidade de conservação estadual. Ele complementa informando que existe uma minuta de decreto sendo produzida e que ela poderá ser discutida com a Prefeitura de Jacareacanga e de Novo Progresso, após o parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Ele afirma que isso deve ser discutido internamente e que a minuta atual ainda é preliminar, de forma que quando houver uma minuta oficial, ela será encaminhada à PGE.

**Sra. Ivana Costa (Procuradora / IDEFLOR-Bio)**, complementa informando que ainda estão sendo analisadas as possíveis mitigações do projeto inicial, pois considerando que foram feitas tratativas em audiência no dia 15/09/2021, ainda há lastro para coletar mais informações, dado o recente retorno da equipe que esteve na gleba em Jacareacanga. Em um primeiro momento, foram feitos ajustes e mantidas as áreas consolidadas no projeto inicial. Ela afirma que haverá um redimensionamento da área proposta para a UC.

**Sr. Adriano Sattler (produtor rural)**, é o próximo participante e inicia perguntando se a normativa para criação da unidade de conservação proposta será mediante um decreto estadual ou uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará? Em seguida, ele pergunta se a área da faixa de amortecimento será de dez quilômetros e vão poder ocorrer supressões dentro dos 20% de reserva legal permitidos nas propriedades?

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, explica que a normativa para criação da UC será por decreto estadual. Ele continua e informa que a equipe do IDEFLOR-Bio está elaborando uma minuta de decreto com as justificativas técnicas de tudo que a lei versa e que após isso, a minuta será enviada à Procuradoria Geral do Estado. Em seguida, ele complementa, ela será encaminhada para o governador homologar, caso seja possível. Em relação à segunda pergunta, ele completa que qualquer desmatamento deverá estar de acordo com a legislação em vigor. Ele diz que onde já existe área florestal, só é permitido a supressão de 20% para as atividades produtivas. Por outro lado, ele informa que áreas desmatadas até 2008 têm que recuperar 50% da propriedade. Ele diz que essa é uma legislação federal e também está na na estadual. E todo e qualquer procedimento de desmate deve seguir a legislação em vigor. Ele complementa dizendo que a reserva legal de uma propriedade que estiver dentro dos limites da zona de amortecimento, se for possível legalmente, será incorporada. Ele diz que nada impede de que a legislação em vigor seja aplicada se houver mata. Ou seja, 80% de reserva legal e 20% para atividades produtivas. Ele informa que estão sendo feitos ajustes na área da zona de amortecimento e que muitas

propriedades irão ficar de fora dela. Ele diz que essas propriedades serão mantidas como zona de consolidação, como versa a lei de Reserva Legal atual. Com relação à extensão da zona de amortecimento, ela não será de 10 quilômetros. Ele afirma que a zona de amortecimento não ultrapassará dois mil metros a partir da margem dos rios São Benedito e Azul, mas não em toda extensão da reserva. Ele finaliza dizendo que algumas propriedades serão 'recortadas' para que a zona de amortecimento permaneça somente onde for possível.

**Sra. Osmilda Eger (associação rural União)**, é a próxima a se manifestar e informa que é da Associação Rural União. Ela diz que esteve presente na reunião presencial e diz que se o Estado de Mato Grosso tivesse vencido o impasse judicial, ela não estaria passando por isso. Ela diz que tudo o que é decidido para a gleba, sai de um gabinete no Pará. Ela acha incorreto que o produtor rural seja penalizado. Ela complementa que é a favor de pousadas e pescarias, pois todos amam o lazer. No entanto, ela afirma que ninguém vai viver só de peixe, ninguém vai comer folha, e que deve existir preocupação com a alimentação. Ela diz que não tem necessidade de se criar uma reserva na região pois ela é muito preservada. Ela diz que há 30 anos, poderia derrubar 50% da mata, mas afirma que os proprietários derrubaram muito pouco, e que hoje respeitam os 20%. Ela continua dizendo que essa questão deve ser levada em conta pelo Governador do Estado do Pará e que a vontade dos produtores deve ser respeitada. Ela diz que nunca houve visita do estado na região, somente nas pousadas. Ela diz que durante a primeira vinda do IDEFLOR-Bio, os proprietários achavam que era o pessoal da hidrelétrica São Manoel e que ninguém sabia que era sobre criação de UC. Ela diz que se soubessem, ninguém teria recebido a equipe do IDEFLOR-Bio. Ela finaliza que são atingidos por decisões tomadas em gabinete, e nunca são consultados. Ela finaliza reforçando sua contrariedade ao processo e agradece a palavra.

**Sra. Karla Bengtson (Presidente / IDEFLOR-Bio)**, começa dando boa tarde e esclarece que se não houvesse uma lacuna de 16 anos devido à judicialização da fronteira com o Mato Grosso, talvez muitas famílias não estivesse nessa área. Pois, ela continua, existe todo um arcabouço legal no Pará composto por Resolução do COEMA, de 2001, a lei do macrozoneamento do estado, de 2005, e a lei do zoneamento do oeste do Pará, de 2009. Ela continua, afirmando que apesar do histórico de disputa da região, há a possibilidade de buscar, nesse momento, o melhor ordenamento possível para a gleba São Benedito. Ela continua, informando que existe uma responsabilidade, enquanto IDEFLOR-Bio, de ordenar a região, pois há registro de 55% de avanço de desmatamento total dentro da gleba. Ela reafirma que é uma responsabilidade que está sobre os ombros do instituto e que é sua responsabilidade fazer a gestão das florestas públicas do estado, e das unidades de conservação. Ela completa, informando respeitosamente, que não é possível negar a realidade diante dos fatos. Pois existe um monitoramento recente feito via satélite de que o desmatamento está avançando na gleba em 2020. Ela diz que não é algo passado mas atual. Ela continua, exemplificando que houve uma demanda urgente de incêndio e o IDEFLOR-Bio teve que acionar o grupamento de bombeiros para contornar a situação na área. Ela finaliza reafirmando a seriedade do instituto e a responsabilidade em prol do trabalho. Ela agradece e concede a palavra ao próximo participante.

**Sr. Orlando Silva (produtor rural)**, inicia dando bom dia a todos e começa falando sobre democracia. Ele observa que houve unanimidade dos participantes contrários ao projeto. Ele desqualifica os estudos produzidos pelos técnicos, e diz não estar claro quais serão as restrições a serem cumpridas. Ela diz que, no dia de hoje, só houve um voto a favor, três no máximo. Ele afirma que por conta disso, não há sustentação para o projeto. Ele sugere que sejam feitos novos estudos, e tudo o que os produtores rurais sugerirem seja considerado em uma nova consulta pública. Ele reforça que não há clareza. Ele contesta a fala de que a zona de amortecimento seria de 2 quilômetros e diz que, no seu entendimento, ela seria de pelo menos 4 quilômetros. Ele complementa dizendo que precisa saber quais ajustes serão feitos no projeto e de uma nova consulta pública. Ele indaga quais áreas serão desapropriadas e em que área haverá manejo. Ele reforça que não há possibilidade de preservar a natureza, onde o produtor rural não é reconhecido, pois segundo ele *“o produtor rural é o único nesse Brasil que realmente preserva”*. Ele complementa dizendo que existem exceções, mas que essas exceções sejam corrigidas e criminalizadas. Pois cada caso é um caso. Ele sugere que ao invés do Estado do Pará criar uma UC na gleba para obter vantagens financeiras em conferências internacionais, que os produtores rurais sejam ressarcidos pelos seus trabalhos no campo. Ele completa dizendo que os que não querem respeitar serão punidos perante a lei, pois existe no Brasil um código florestal inigualável no mundo. Ele diz que é importante respeitar a natureza, mas também pagar quem produz. Ele diz que se ainda existe a área de 2 quilômetros na gleba, é por que os proprietários a respeitaram pois somente 10% foi mexido. Ele finaliza desqualificando o estudo já feito e que seja refeito e apresentado para discussão.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, explica que trabalha há mais de quatro décadas no levantamento no estado do Pará e que conhece com maestria a realidade do estado. Ele reafirma que não é contrário ao desenvolvimento, pois se considera um ambientalista desenvolvimentista. Ele afirma que atua dentro da lei e respeita os limites ecológicos para melhorar o país. Ele comenta que, no mínimo, 90% da gleba será direcionado para atividades produtivas. Ele diz que é uma área considerável e importante para que o setor da agropecuária na região possa produzir. Ele diz que a proposta de unidade de conservação de refúgio de vida silvestre com a sua zona de amortecimento não vai ultrapassar 10% da área total da gleba. Ele repete que, no mínimo, 90% da gleba São Benedito será destinada para as atividades produtivas de agricultura e pecuária e terão o apoio do IDEFLOR-Bio e do sistema estadual de meio ambiente.

**Sr. Orlando Silva (produtor rural)**, interrompe dizendo que não considerou satisfatória a resposta ao seu questionamento. Ele mantém dizendo que a zona de amortecimento é após a UC e não concorrente a UC. Ele diz que a presença de uma UC na região gera enormes impactos econômicos. Ele argumenta que muitos proprietários já estão desistindo de fazer investimento na área. Ele pede novamente que seja feita uma nova consulta pública e que novos estudos sejam feitos. Ele finaliza dizendo que precisa de mais clareza e que as regras têm que ser mostradas a todos os produtores rurais.

**Sr. Crisomar Lobato (Diretor de Gestão da Biodiversidade / IDEFLOR-Bio)**, diz que a zona de amortecimento pode ser incorporada durante o processo de criação da Unidade de Conservação ou depois. Ele reforça que a zona de amortecimento



será proposta no ato de criação da unidade de conservação. Ele afirma que todos saberão a extensão da zona de amortecimento. Ele reafirma que todo o processo está sendo transparente. Ele afirma que toda a equipe é composta de servidores públicos e que estão à disposição do poder público, da sociedade paraense e da sociedade brasileira. Ele finaliza dizendo que: “*nosso trabalho é transparente e estamos acordados.*”

### 6.2.5. Encerramento

Tendo sido extrapolado o horário combinado para a duração da consulta pública virtual e não havendo nada mais a discutir, a Presidente do IDEFLOR-Bio, senhora **Karla Bengtson** fez suas considerações finais. Ela reconheceu a insatisfação dos produtores rurais e reforçou que a consulta pública representa um dos quesitos exigidos dentro do Sistema Nacional de Unidade de Conservação para a criação de uma UC. Ela continua dizendo que por mais que exista a identificação e a determinação para criação de unidades de conservação em toda a gleba, o IDEFLOR-Bio ouviu presencialmente e virtualmente, em busca de ponderações e sugestões, e apresentou sua proposta para avançar quanto a realidade prevista no macrozoneamento, no zoneamento do do oeste e também na resolução COEMA nº 19.

Ela completa dizendo que todas as ponderações, todas as contribuições, sugestões apresentadas serão consideradas para redimensionar a proposta final da criação da UC, em tempo hábil. Ela diz que decisões precisam ser tomadas e que sempre existirá transparência no processo. Sempre ouvindo as partes interessadas e diretamente afetadas, como foi feito antecipadamente com o município de Jacareacanga e de Novo Progresso. Ela continua, dizendo que tudo que está sendo proposto nas consultas públicas será levado ao conhecimento do senhor Governador do Estado do Pará e a solicitação de audiência com os prefeitos municipais do Governo do Mato Grosso será apreciada.

Ela reafirma o compromisso de buscar entendimento quanto à área que será diretamente afetada ou não, através da revisão dos limites da proposta de criação da UC. Ela reafirma que o objetivo é conciliar a preservação com o desenvolvimento sustentável de uma área que é tão preciosa para o estado do Pará e, também, para o estado do Mato Grosso. E isso trará reflexos a nível do Brasil. Ela reconhece a importância da vocação de cada elemento que foi exposta na reunião de hoje e que será disponibilizado um relatório das consultas públicas, com atas e frequência dos participantes. Ela diz que tudo estará disponibilizado e que, com base em todos elementos, serão tomadas as prerrogativas necessárias para cumprir o que existe no decreto previsto e a nível de SNUC. Isso é importante, ela completa, para que se possa seguir de forma respeitosa e democrática conforme tem sido estabelecido até o presente momento.

Ela encaminha os agradecimentos a presença de todos os participantes que permaneceram até o final da consulta pública e reafirma que haverá outras oportunidades para discutir novamente a proposta, e que todas as ações que o Governo do Estado precisará realizar serão democráticas. Ela agradece novamente e encerra, oficialmente, a consulta pública.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS/ CONCLUSÃO

A Consulta Pública para a criação de Unidade de Conservação na categoria Refúgio de Vida Silvestre Rios São Benedito e Azul, ocorreu de forma democrática e participativa, envolvendo todas as entidades representativas da Gleba São Benedito. Sendo que, o segmento da agropecuária se manifestou contrário ao que eles chamam de "reservas". Porém, os estudos técnicos-científicos indicaram, baseado nas populações da fauna e da flora e, em especial, as espécies ameaçadas de extinção e as belezas cênicas que propiciam as atividades ecoturísticas, em geral, tiveram total apoio dos proprietários das empresas que desenvolvem essas atividades, gerando emprego e renda, em prol do desenvolvimento sustentável da Gleba São Benedito.

Os fazendeiros da agropecuária, que moram predominantemente nos municípios de Paranaíta, Alta Floresta e Apiacás no estado do Mato Grosso, responsáveis por aproximadamente 55% do desmatamento na Gleba São Benedito, por interesses próprios, que é expandir a pecuária e plantação de grãos com predomínio da soja, se posicionaram contrários a criação do Refúgio de Vida Silvestre. Porém, os estudos já realizados, como de Espécies Ameaçadas de Extinção (INPA), os Centros Relevantes para a Biodiversidade (MPEG) e os Zoneamentos Ecológicos – Econômicos do Pará, assim como os trabalhos “in loco” de Reconhecimento Exploratório do Meio Biológico, do Meio Físico, Socioeconômicos e Fundiário, executados pelo IDEFLOR-Bio, afirmam a importância de criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral numa área mínima necessária para garantir os ecossistemas conservados, com o objetivo principal para o Ecoturismo, estudos, pesquisas, interpretação e educação ambiental, contaram com o apoio total das Empresas e proprietários que desenvolvem atividades compatíveis com os objetivos ambientais que estão localizadas no interior do referido Refúgio de Vida Silvestre proposto na Consulta Pública.

Então, concluímos que a posição estratégica do referido Refúgio de Vida Silvestre é a última fronteira ecológica ante ao avanço do desmatamento e queimadas que avança perigosamente no sentido Sul-Norte, proveniente do estado do Mato Grosso, fazendo parte do arco do desmatamento da Amazônia Ocidental. Nesse contexto, é uma Unidade de Conservação contígua as enormes áreas já legalmente instituídas na zona Oeste do Estado, mais precisamente entre a Rodovia BR-163 (Santarém – Cuiabá) e os rios Teles Pires e Tapajós, a saber, o Campo de Provas das Forças Armadas Brigadeiro Velloso, com 2.160.000,00 ha (dois milhões cento e sessenta mil hectares), a Terra Indígena Kayabi, porção no Pará com 579.933,57 (quinhentos e setenta e nove mil novecentos e trinta e três hectares e cinquenta e sete centiares) e o Parque Nacional do Rio Novo, com 538.157,15 (quinhentos e trinta e oito mil cento e cinquenta e sete hectares e quinze centiares), compondo uma área em forma de mosaico, legalmente protegida de 3.308.090,72 (três milhões trezentos e oito mil e noventa hectares e setenta e dois centiares). Além das Terras Indígenas Munduruku e Sai-cinza, das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Jamanxim e Tapajós; das Florestas Nacionais Jamanxim, Crepori, Itaituba I e II e do Parque Nacional Jamanxim.